



Mercado de Capitais

Cotação Ação PN 31/03/2016

CLSC4 R\$12,80/ação

Variação no 1T16

CLSC4: 28,13%

Ibovespa: 15,47%

Valor de Mercado em 31/03/2016

BRL 494,0 MM

USD 138,7 MM

Free Float: 75,5%

Outros Indicadores em 31/03/2016

Dívida Líq/EBITDA Aj 12M (Grupo): 0,4x

LPA 1T16 (R\$/ação): 0,67

VPA (R\$/ação): 58,35

Cot./VPA: 0,2x

Para maiores informações, acessar o website www.celesc.com.br/ri ou entrar em contato com a equipe de Relações com Investidores:

Tel: (55-48) 3231-5100

ri@celesc.com.br

Florianópolis – Santa Catarina, 13 de maio de 2016 – Centrais Elétricas de Santa Catarina SA - Celesc (BM&FBOVESPA: CLSC3, CLSC4; OTC: CEDWY), holding do setor de energia, com atuação nas áreas de geração, transmissão, distribuição de energia elétrica e distribuição de gás natural, anuncia os resultados do primeiro trimestre de 2016 (1T16). As informações financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas em milhões de Reais (R\$ milhões) de 31 de março de 2016 e foram preparadas de acordo com as regras contábeis brasileiras decorrentes da aplicação efetiva das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

EBITDA Consolidado soma R\$118,1 milhões no 1T16

Lucro Líquido foi de R\$26,0 milhões nos três primeiros meses do ano

Principais Destaques:

- Retração de 3,5% na Energia Total Distribuída na área de concessão da Celesc Distribuição, somando 5.978 GWh no 1T16 (4.504 GWh no mercado cativo, queda de 4,9%), refletindo as temperaturas médias mais amenas no período e o quadro econômico de recessão;
- Os indicadores de qualidade do serviço apresentaram sensível melhora em relação ao 1T15: o DEC somou 3,6 horas (redução de 18,5%) e o FEC foi de 2,6 vezes (diminuição 15,5%) nos três primeiros meses de 2016;
- A Receita Operacional Líquida Consolidada (sem os efeitos da Receita de Construção) somou R\$1,55 bilhão no trimestre, redução de 9,8%;
- Os gastos com energia (custos não gerenciáveis) retraíram 13,8% (-R\$198,5 milhões);
- Os gastos gerenciáveis consolidados (PMSO) apresentaram diminuição de 8,5% (-R\$19,3 milhões), destaque despesa com pessoal, contraiu 7,8% (-R\$12,4 milhões);
- O EBITDA Consolidado (IFRS) no 1T16 foi de R\$118,1 milhões. Considerados os efeitos Não-Recorrentes, o EBITDA Consolidado seria de R\$116,2 milhões;
- O Lucro Líquido (IFRS) no 1T16 foi de R\$26,0 milhões (R\$0,67 por ação). Considerados os efeitos Não-Recorrentes, o Lucro Líquido seria de R\$24,7 milhões;
- Os investimentos realizados em geração e distribuição de energia elétrica somaram R\$94,9 milhões no trimestre;
- O Grupo Celesc encerrou o período com Dívida Líquida Consolidada de R\$166,3 milhões, o equivalente a 0,4x o EBITDA Ajustado 12M ou 0,1x seu Patrimônio Líquido ao final do 1T16;
- As ações preferenciais da Celesc (CLSC4) valorizaram 28,13% no trimestre, superando os principais índices da bolsa brasileira, IEE (12,32%) e Ibovespa (15,47%).

Principais Resultados	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Celesc Distribuição - Energia Distribuída Total (GWh)	6.195	5.978	-3,5%
Celesc Geração - Energia Produzida (GWh)	140.220	175.718	25,3%
SCGÁS - Volume de Gás Vendido (mil/m³)	155.205	146.440	-5,6%
Receita Operacional Bruta	2.775,1	2.974,6	7,2%
Receita Operacional Líquida (excluindo Receita de Construção)	1.727,8	1.559,1	-9,8%
Custos e Despesas Operacionais	(1.777,9)	(1.600,0)	-10,0%
EBITDA (IFRS)	98,8	118,1	19,6%
Margem EBITDA (IFRS)	5,4%	7,6%	
EBITDA Ajustado (IFRS + Ativo/Passivo Regulatório - Não-Recorrentes)	65,2	116,2	78,2%
Margem EBITDA Ajustado	3,8%	7,5%	
Lucro Líquido (IFRS)	55,8	26,0	-53,5%
Margem Líquida	3,2%	1,7%	
Lucro Líquido Ajustado (IFRS + Ativo/Passivo Regulatório - Não-Recorrentes)	33,6	24,7	-26,5%
Margem Líquida Ajustado	1,9%	1,6%	
Investimentos Realizados em Geração e Distribuição de Energia Elétrica	94,5	94,9	0,4%

DISCLAIMER

As informações contidas neste *Release de Resultados* poderão incluir declarações que representem expectativas sobre negócios da Companhia, projeções e metas operacionais e financeiras. Eventuais declarações dessa natureza constituem-se em meras previsões baseadas nas expectativas da administração que poderão não se concretizar e não são garantia do desempenho futuro da Companhia.

As referidas declarações e informações prospectivas estão e estarão, conforme o caso, sujeitas a riscos, incertezas e são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais.

Cabe ressaltar ainda que as estimativas e projeções referem-se à data em que foram expressas, sendo que a Companhia não assume a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer destas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores, ressalvada a regulamentação vigente a que nos submetemos.

Dessa forma, nenhum dos representantes da Companhia, assessores ou partes relacionadas poderá ser responsabilizado por qualquer decisão decorrente da utilização do conteúdo deste documento. As informações constantes do presente material não devem ser interpretadas como oferta, convite ou solicitação de oferta de subscrição ou compra de quaisquer valores mobiliários, nem constituem a base de um contrato ou compromisso de qualquer espécie.

ÍNDICE

1 - Visão Geral	2
2 – Desempenho por Área de Negócio	7
2.1 – Celesc Distribuição.....	7
2.1.1 – Desempenho Operacional	7
2.1.2 – Desempenho Econômico-Financeiro	11
2.1.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição	22
2.2 - Celesc Geração	26
2.2.1 Desempenho Operacional	26
2.2.2 - Desempenho Econômico-Financeiro.....	27
2.2.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Geração	31
2.3 – SCGÁS	34
2.3.1 – Desempenho Operacional	34
2.3.2 – Desempenho Econômico-Financeiro	35
2.4 – Demais Participações.....	37
3 – Holding	37
3.1 – Resultado das Participações Societárias na Controladora.....	39
3.2 – Dividendos	39
4 – Resultado Consolidado.....	40
4.1 – Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado	39
5 - Desempenho no Mercado de Capitais.....	45
ANEXOS	46

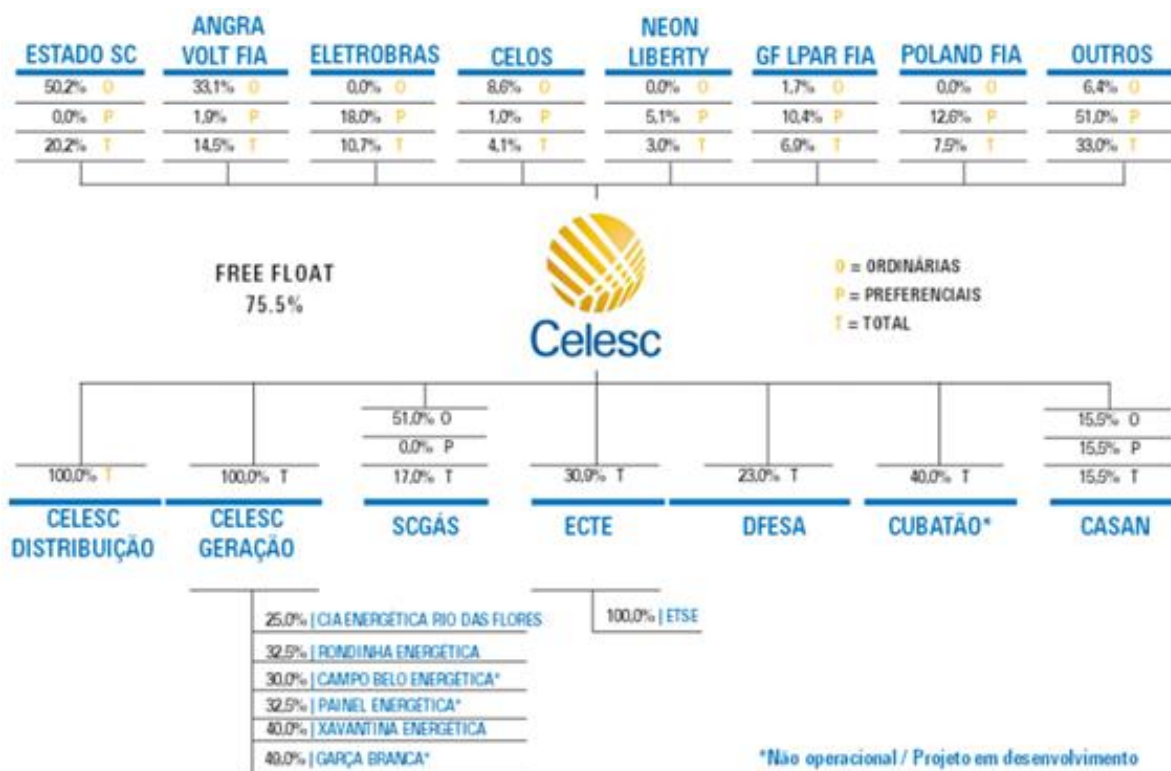
1 – Visão Geral

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC é uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *Holding* em 2006, a Empresa possui duas subsidiárias integrais - a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A. Além disso, detém o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) e é sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE), Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN) e do projeto da Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total.

Estrutura Acionária e Societária da CELESC

Março – 2016



Subsidiárias Integrais

Celesc Distribuição S.A.

A empresa leva energia para mais de 2,7 milhões de unidades consumidoras localizadas em 264 municípios catarinenses (92% do território do estado) e em Rio Negro, no Paraná. A empresa ainda é responsável pelo suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 16 permissionárias, que atuam nos demais municípios catarinenses.

A Celesc Distribuição é a 2ª maior arrecadadora de ICMS de Santa Catarina e a 6ª maior distribuidora de energia elétrica brasileira em receita de fornecimento, a 7ª em volume de energia distribuída e a 10ª em número de unidades consumidoras¹. Mensalmente, a empresa distribui mais de um bilhão de kWh e seu faturamento bruto alcançou a casa de R\$12,2 bilhões em 2015.

¹ Fonte: www.aneel.gov.br (Informações Gerenciais – Dez/15).



Celesc Geração S.A.²

A Celesc Geração é a subsidiária do Grupo Celesc que atua no segmento de geração de energia elétrica, através da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração de energia em parcerias com investidores privados.

Em 31 de março de 2016, a empresa possuía um parque gerador próprio formado por 12 usinas, sendo 08 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e 04 Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs. Além disso, a empresa detém participação minoritária em mais 08 PCHs desenvolvidas em parceria com investidores privados, no formato de Sociedades de Propósito Específico - SPE. A capacidade total de geração da Celesc Geração em operação no período foi de 114,7 MW, sendo 106,75 MW referentes ao parque próprio e 7,95 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros - já proporcionalizada à participação acionária da Celesc Geração nestes empreendimentos. O quadro a seguir, apresenta as PCHs de propriedade 100% da Celesc Geração:

Parque Gerador Próprio | 100% da Celesc Geração S.A.

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Pery*	Curitibanos/SC	09/07/2017	30,00	14,08
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,40	3,80
PCH Caveiras	Lages/SC	10/07/2018	3,83	2,77
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	**	2,60	2,03
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	**	0,52	0,50
CGH Pirai	Joinville/SC	**	0,78	0,45
CGH São Lourenço	Mafra/SC	**	0,42	0,22
Total - MW			106,75	67,19

* Sem adesão a prorrogação antecipada (MP 579) – questionamento judicial. □

** Usinas com potência inferior a 3 MW estão dispensadas do ato de concessão.

A empresa, como mencionado acima, participa de Sociedades de Propósito Específico que viabilizam novos empreendimentos na qual a Celesc Geração detém participação minoritária. A seguir estão listados os novos empreendimentos que já estão em operação:

² Maior detalhamento dos aspectos regulatórios e jurídicos relevantes que envolvem as usinas do parque gerador próprio estão disponíveis no item 2.2.3 deste Release.

Empreendimentos em operação | Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	25,0%	0,75	0,42
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	25,0%	0,90	0,46
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	25,0%	0,75	0,44
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
Total - MW			25,28	14,30		7,95	4,52

A tabela abaixo apresenta outros empreendimentos em desenvolvimento e os respectivos estágios:

Empreendimentos em desenvolvimento | Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física* (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Painel	São Joaquim/SC	18/03/2043	9,20	4,80	32,5%	2,99	1,56	N/D	Revisão de Projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	19/05/2044	9,95	4,13	30,0%	2,99	1,24	N/D	Revisão de Projeto
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69	dez/16	Obra Iniciada no 1S15
Total - MW			25,65	12,37		9,16	4,48		

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Empresa passou a investir na repotenciação das usinas próprias e na expansão das parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos, incluindo a diversificação da matriz energética.

Em janeiro de 2014, foi aprovado pelo Órgão Regulador ([Despacho Aneel nº 115/2014](#)) o projeto de repotenciação da PCH Celso Ramos, com ampliação da capacidade de geração de 5,4 MW para 12,8 MW. Em março de 2015, a Celesc Geração obteve a outorga de autorização ([Resolução Autorizativa nº. 5.078](#)) para ampliação da referida PCH o que inclui a prorrogação da concessão por mais 20 anos. A PCH possui 5,4 MW de potência instalada e a ampliação, composta por um novo circuito de geração formado por uma nova tomada d'água, túnel de adução e casa de força com 2 unidades geradoras, proporcionará a ampliação da potência instalada para 12,8 MW.

Em novembro de 2015, a Celesc Geração foi vencedora do Leilão 12/2015, adquirindo a outorga da concessão, pelo prazo de 30 anos, das Usinas Hidrelétricas integrantes do LOTE C, onde foram arrematadas as Usinas Hidrelétricas Bracinho, Garcia, Cedros, Salto e Palmeiras. Conforme o Comunicado ao Mercado de [25 de novembro de 2015](#), o referido Leilão foi realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em conformidade com a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, alterada pela Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015, para contratação de concessões de Usinas Hidrelétricas em Regime de Alocação de Cotas de sua Garantia Física de Energia e de Potência às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Controlada
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

A SCGÁS é a 2ª maior distribuidora de gás canalizado em número de municípios atendidos no Brasil. Santa Catarina é o 3º Estado com maior rede de distribuição de gás natural (1.094 quilômetros) e o 3º com maior número de indústrias atendidas com gás natural, além de ter a 3ª maior rede de postos de gás veicular (GNV) do país.



Com 100% da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural no território catarinense, a empresa comercializa e distribui, diariamente, cerca de 1,8 milhão de metros cúbicos de gás natural para cerca de 8,9 mil clientes. A SCGÁS possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, com vigência de 50 anos.

Demais Participações

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE

Constituída com o propósito específico de explorar linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões Sul, Sudeste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da LT SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5km de extensão. A linha é responsável pelo transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc Distribuição. Em dezembro/11, a empresa adquiriu em leilão o direito de construir as subestações Abdon Batista (525/230kV) e Gaspar (230/138kV), através da subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE. Essas linhas foram energizadas em janeiro de 2015 e março de 2015 respectivamente. A controlada em conjunto ECTE, detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012 com prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do Capital Social da Empresa.

Dona Francisca Energética S.A - DFESA

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A Celesc detém 23,03% do Capital Social da empresa. A coligada DFESA, detém contrato de concessão datado de 28 de agosto de 1998 com prazo de vigência de 35 anos.

Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN

Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento na sua área de concessão. Atualmente, os serviços prestados pela empresa abrangem 201 municípios no Estado de Santa Catarina e um no Paraná, atendendo uma população de 2,5 milhões de consumidores com água tratada e 319 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário. A Celesc é detentora de 15,48% do Capital Social da Empresa.

Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Sociedade de Propósito Específico constituída para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, na região de Joinville (SC), inicialmente com potência instalada de 50MW. A Celesc possui 40% do Capital Social da Empresa. Após analisar o histórico regulatório e o histórico dos entraves ambientais, o Conselho de Administração da Companhia, na reunião de 18 de setembro de 2014, recomendou estudo a ser realizado pelo empreendimento visando possível alteração do projeto básico, o que ainda não foi efetivado.

2 – Desempenho por Área de Negócio

2.1 – Celesc Distribuição

2.1.1 – Desempenho Operacional

Mercado de energia elétrica em Santa Catarina

No primeiro trimestre de 2016 (1T16) a carga na área de atendimento da Celesc Distribuição foi 3,8% inferior ao verificado no mesmo período do ano anterior, como indicado na tabela abaixo. A carga do Sul cresceu mais que a carga da Celesc Distribuição, apresentando 0,2% de aumento, já carga Brasil apresentou crescimento de apenas 0,1% no período.

Celesc Distribuição S.A. | Carga de Energia (GWh)

	Ano	1T
Carga Brasil (GWh)*	2016	149.771
	2015	149.641
	Δ	0,1%
Carga Sul (GWh)	2016	22.913
	2015	22.871
	Δ	0,2%
Carga Celesc Distribuição S.A. (GWh)**	2016	9.239
	2015	9.602
	Δ	-3,8%

Fonte: ONS / Celesc D

* Referente ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

** Energia Injetada no sistema de distribuição da concessionária.

Balanco de Energia Elétrica

No primeiro trimestre de 2016, o montante de energia requerida pela Celesc Distribuição para atender o seu Mercado Cativo e as perdas foi de 5.405 GWh. No período, foram contabilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE 67,3% de contratos CCEARs (quantidade mais disponibilidade), 19,3% Itaipu, e 13,4% outros.

Celesc Distribuição S.A. | Balanço Energético (GWh)

ACL	48
CCEAR (quantidade)	2.463
CCEAR (disponibilidade)	1.175
ANGRA	176
ITAIPU	1.043
PROINFA	94
LIQUIDAÇÃO CURTO PRAZO	-150
QUOTAS	556



Energia Distribuída

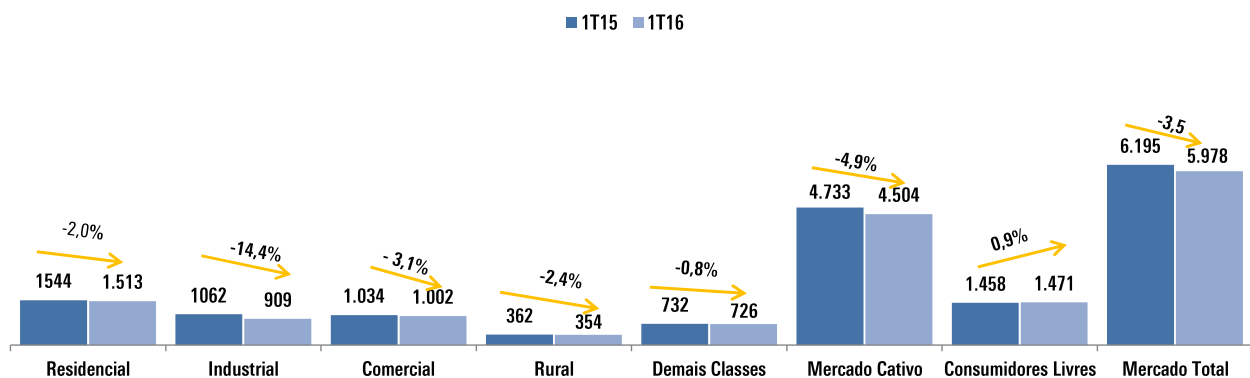
No 1T16, a energia distribuída pela Celesc Distribuição (Mercado Livre + Cativo, sem as perdas e sem consumo próprio) teve queda de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 5,978 GWh. O destaque de queda foi na classe industrial, com variação negativa em 14,4%.

A energia fornecida para o Mercado Cativo teve queda de 4,9% no trimestre quando comparado ao mesmo período do ano anterior, atingindo 4.504 GWh. A tabela e os gráficos a seguir apresentam os números de energia distribuída para o primeiro trimestre de 2016 em comparação ao mesmo período de 2015:

Celesc Distribuição S.A. | Energia Distribuída por Classe de Consumo (em GWh)

Classe de Consumo	Consumo (GWh)		
	1T15	1T16	Δ
Residencial	1.544	1.513	-2,0%
Industrial	1.062	909	-14,4%
Comercial	1.034	1.002	-3,1%
Rural	362	354	-2,4%
Demais Classes	732	726	-0,8%
Poder Público	109	110	0,4%
Iluminação Pública	144	147	2,3%
Serviço Público	83	88	5,5%
Suprimento de Energia	395	381	-3,6%
Mercado Cativo	4.733	4.504	-4,9%
Consumidores Livres	1.458	1.471	0,9%
Industrial	1.309	1.318	0,6%
Comercial	88	103	16,7%
Rural	10	11	4,3%
Suprimento	50	40	-20,3%
Mercado Total	6.191	5.975	-3,5%
Consumo Próprio	3	4	6,1%
Mercado Total	6.195	5.978	-3,5%

Energia Distribuída por Classe de Consumo (GWh)



Desempenho do Mercado Cativo por Classe de Consumo

Residencial

A classe residencial, que representa 33,6% do consumo cativo da Celesc Distribuição, apresentou queda no consumo de energia no início de 2016. A retração foi de 2,0% no primeiro trimestre do ano em relação ao mesmo período de 2015, atingindo 1.513 GWh. Esse resultado pode ser explicado, em parte, pelas temperaturas mais amenas e também pela crise que afeta o país.

Industrial

O consumo da classe industrial cativa apresentou queda de 14,4% no 1T16 em relação ao mesmo período do ano anterior, somando 909 GWh. A queda no consumo da classe industrial é reflexo do quadro econômico de recessão em que o país está inserido.

Comercial

O consumo cativo da classe comercial decaiu 3,1% no primeiro trimestre deste ano em comparação com o primeiro trimestre do ano anterior, atingindo 1.002 GWh. A classe comercial também é afetada pelo clima, e tem um comportamento similar ao da classe residencial.

Rural

O consumo da classe rural cativo decresceu 2,4% no primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior.

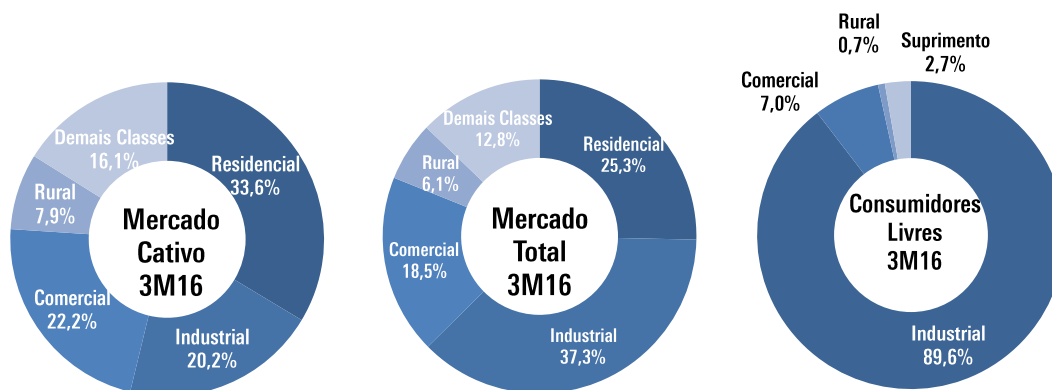
Demais Classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Suprimento)

No primeiro trimestre de 2016 o consumo dos demais segmentos retraiu 0,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior, totalizando 726 GWh. Destaque para suprimento de energia com redução de 3,6% no período.

Desempenho do Mercado Livre

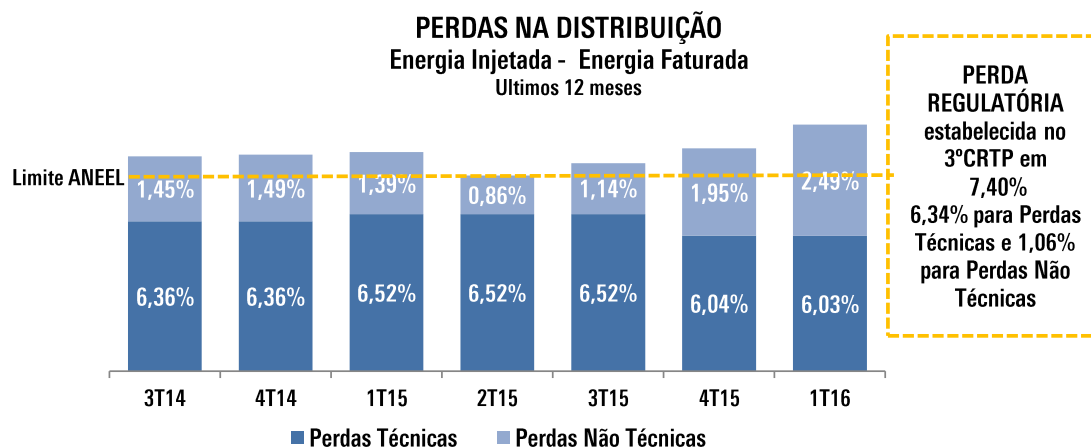
No primeiro trimestre do ano, o consumo dos clientes livres localizados na área de concessão da Celesc Distribuição apresentou ligeiro aumento na comparação com o mesmo período em 2015, atingindo 1.471 GWh, desse total 89,6% representa a classe industrial que teve alta de 0,6% e a classe comercial, que representa 7% dos consumidores livre, registrou aumento de 16,7% no trimestre.

Do mercado total atendido pela Celesc Distribuição no primeiro trimestre de 2016, o mercado cativo representou 75,4% e os clientes livres representaram 24,6%. O gráfico abaixo apresenta a participação de cada classe de consumo no **mercado cativo**, entre os **consumidores livres** e no **mercado total (cativo + livre)**:



Perdas na Distribuição

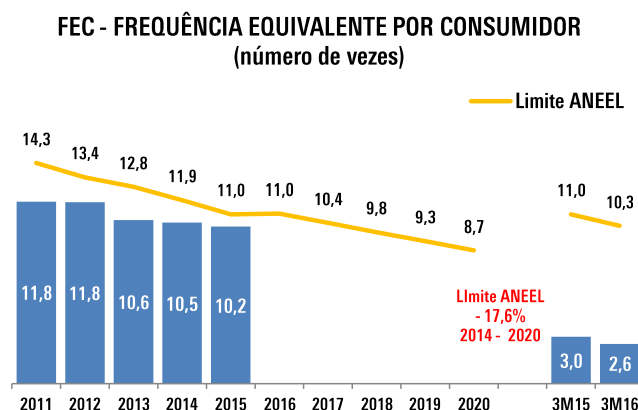
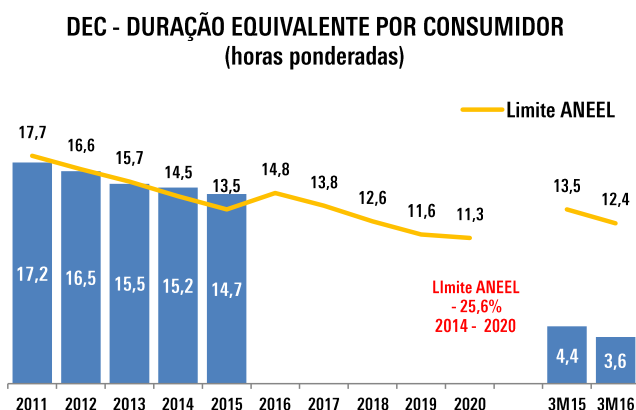
De acordo com a última Revisão Tarifária Periódica da Celesc Distribuição, a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,40%. Desse total, 6,34% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,06% de perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até março de 2016, as perdas globais representaram 8,52% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,03% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7 (2013) e 2,49% correspondem as perdas não técnicas. O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Companhia:



As perdas não técnicas aumentaram entre o 2T14 e o 1T15 em função de que no mês de maio/14 o faturamento da classe revenda foi realocado em um mês, fazendo com que o mercado faturado ficasse menor, pois 116,33 GWh medidos naquele mês foram realocados para o mês seguinte (junho) e assim sucessivamente. Desse modo, esse efeito que elevou as perdas só desapareceu em maio de 2015, pois o percentual de perda é calculado com base nos últimos doze meses. Já a perda não técnica registrada no quarto trimestre de 2015 ocorreu, em parte, devido ao descompasso entre a energia fatura e energia injetada no sistema (queda acentuada no consumo no 4T15) gerando distorção no valor das perdas, considerando-se que o cálculo da perda não técnica é definido por meio da diferença entre perdas totais e perdas técnicas. Esse valor, que corresponde a um dos menores no histórico de perdas técnicas, é justificado pelo encolhimento do mercado e menor carregamento do sistema. Ainda há avaliação de que com o aumento da tarifa em 2015 e com a crise econômica em que o Brasil atravessa, tenha aumentado o número de furtos de energia elétrica, aumentando a perda não técnica. Deste modo as perdas não técnicas atingiram 2,49% no 1T16.

Indicadores de Eficiência do Sistema

O índice DEC (duração média das interrupções por unidade consumidora) da Celesc Distribuição S.A. no primeiro trimestre de 2016 foi de 3,60 horas, 18,5% abaixo do verificado em relação ao mesmo período de 2015, o que equivale a 29,1% do limite estabelecido pela ANEEL para 2016. Neste mesmo período, o número de interrupções por unidade consumidora (FEC) apresentou queda de 15,5%, representando 2,6 interrupções no ano, o que equivale a 25,1% do limite regulatório estabelecido para 2016 neste indicador.



2.1.2 – Desempenho Econômico-Financeiro
Celesc Distribuição S.A. | Principais Indicadores Financeiros (IFRS)

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Receita Operacional Bruta	2.738,3	2.949,9	7,7%
Deduções da Receita Operacional	(957,1)	(1.328,5)	38,8%
Receita Operacional Líquida	1.781,3	1.621,4	-9,0%
Custos e Despesas Operacionais	(1.755,0)	(1.577,3)	-10,1%
<i>Custos com Energia Elétrica</i>	(1.437,5)	(1.235,2)	-14,1%
<i>Despesas Operacionais</i>	(317,5)	(342,1)	7,8%
Resultado das Atividades	26,3	44,0	67,5%
EBITDA	68,7	94,0	36,8%
<i>Margem EBITDA IFRS, ex-Receita de Construção (%)</i>	4,1%	6,1%	
Resultado Financeiro	28,2	(17,8)	-163,2%
LAIR	54,5	26,2	-51,8%
IR/CSLL	(11,3)	(9,6)	
Lucro/Prejuízo Líquido	43,2	16,6	-61,5%
<i>Margem Líquida IFRS, ex-Receita de Construção (%)</i>	2,5%	1,1%	

Destques do Resultado

Os principais destaques no resultado da Celesc Distribuição no período foram: (i) Aumento de 7,7% na Receita Operacional Bruta (+R\$211,6 milhões) comparativamente com 1T15; (ii) Redução de 10,1% (-R\$177,6 milhões) nos custos e despesas operacionais; (iii) Elevação de 36,8% (+R\$25,3 milhões) na geração de caixa - EBTDA; retração de 61,5% no lucro líquido e o resultado financeiro foi negativo em R\$17,8 milhões.

Ajustando o resultado da distribuidora pelos efeitos de itens Não-Recorrentes, a Companhia registra Lucro Líquido de R\$ 16,6 milhões no 1T16. O EBITDA Ajustado soma R\$ 94 milhões no trimestre (não houve efeitos não recorrentes no período) 142,8% acima do registrado no 1T15.

Celesc Distribuição S.A. | Resultado Ajustado*

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
EBITDA Ajustado	38,7	94,0	142,8%
<i>Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	2,3%	6,1%	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado	23,4	16,6	-28,9%
<i>Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	1,4%	1,1%	

* IFRS + Ativos e Passivos Regulatórios - Itens Não-Recorrentes. Cálculo das margens excluem Receita de Construção.

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta – ROB da Celesc Distribuição no 1T16 alcançou R\$ 2.949,9 milhões, um acréscimo de 7,7% em relação ao mesmo período de 2015. Sem considerar os efeitos da Receita de Construção³ (R\$84,3 milhões no 1T16 e R\$87,0 milhões no 1T15).

³ A Receita de Construção, em função das normas contábeis IFRS tem custo correspondente de mesmo valor registrado nas despesas operacionais e, portanto, não afeta o resultado da Companhia.

Celesc Distribuição S.A. | Receita Operacional Bruta

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.738,3	2.949,9	7,7%
Fornecimento de Energia Elétrica	2.181,3	2.549,4	16,9%
Suprimento de Energia	48,8	50,7	3,8%
Ativo Regulatório	127,2	(191,3)	-250,4%
Energia Elétrica de Curto Prazo	103,3	165,9	60,6%
Disponibilização Rede Elétrica (TUSD)	71,9	132,6	84,5%
Doações e Subvenções*	116,5	155,9	33,8%
Renda de Prestação de Serviços	0,3	0,3	-26,4%
Serviço Taxado	2,0	2,2	10,0%
Receita de Construção	87,0	84,3	-3,1%

* Inclui recebimento de Subsídio CDE referente Decreto Nº 7.891/2013

Os principais fatores que influenciaram positivamente o desempenho da ROB no período foram:

- Incremento de R\$ 368,1 milhões (variação de 16,9%) na rubrica *Receita com Fornecimento de Energia Elétrica*, reflexo da Revisão Extraordinária implementada em 02 de Março de 2015, com efeito médio de 24,8% e do Reajuste Tarifário de agosto/2015, com efeito médio de 3,61%;
- No Ativo Regulatório/Passivo Regulatório, variação negativa de R\$191,3 milhões (passivo regulatório), resultado da mudança de contabilização das receitas com bandeira tarifária, lançado no ativo regulatório (receita bruta) e debitado na rubrica outros encargos (dedução da receita) conforme despacho Aneel 245 de 28 de janeiro de 2016, item 3;
- Elevação na receita registrada a título de *Disponibilização Rede Elétrica (TUSD)* aumento de 84,5% (+60,7% milhões), sendo que R\$116,6 milhões referente a disponibilização de rede elétrica a consumidores livres;
- Incremento de R\$39,4 milhões referente à *Doação e subvenção*, elevação de 33,8%, sendo R\$149,5 milhões referente ao subsídio conforme decreto 7891/2013;
- Acréscimo de R\$147,8 milhões no Faturamento decorrente da aplicação das *Bandeiras Tarifárias* no primeiro trimestre de 2016.

A rubrica Fornecimento de Energia representa 86,4% da ROB, sua variação determina a evolução da ROB, sendo que no primeiro trimestre do ano houve aumento de 16,9% (+R\$368,1 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Deduções da Receita Operacional Bruta
Celesc Distribuição S.A. | Deduções da Receita Operacional Bruta

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(957,1)	(1.328,5)	38,8%
ICMS	(483,4)	(578,5)	19,7%
PIS/COFINS	(264,6)	(251,0)	-5,1%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(159,4)	(346,6)	117,5%
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (0,5% da ROL)	(7,9)	(7,7)	-2,5%
Programa de Eficiência Energética - PEE (0,5% da ROL)	(7,9)	(7,7)	-2,5%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1,9)	(1,5)	-18,6%
Outros Encargos	(32,1)	(135,5)	322,4%

As Deduções da Receita Operacional no trimestre apresentaram aumento de 38,8% no 1T16, somando R\$1.328,5 milhões, representando 45,0% da Receita Operacional Bruta – ROB do período. Dentre os fatores que contribuíram para esse incremento, destacam-se:

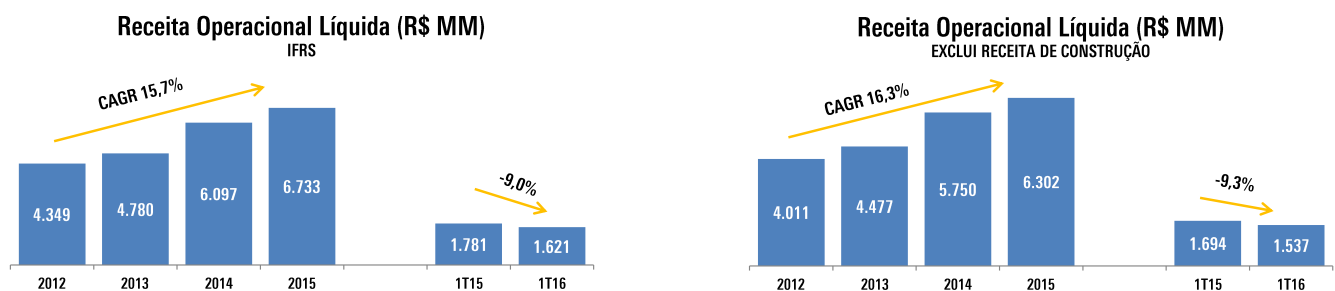
- Aumento na *conta ICMS* de R\$95,1 milhões, 19,7% superior na comparação com 1T15, este tributo acompanha o crescimento da Receita com Fornecimento de Energia Elétrica);
- A alta na *Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)* que somou R\$346,6 milhões no período (117,5% acima do verificado no 1T15) em função do aumento na quota anual estabelecida para a Celesc Distribuição pela ANEEL;
- A rubrica *Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL*, antes classificada do grupo de Outras Receitas/Despesas Operacionais, acrescentou R\$1,5 milhões na dedução da receita operacional;
- A rubrica *Outros Encargos* que registrou R\$135,5 milhões referentes ao fornecimento não faturado relativo à aplicação das Bandeiras Tarifárias.

As Deduções da receita registraram elevação de R\$371,4 milhões no trimestre, sendo que R\$187,3 milhões foram contabilizados na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e R\$103,4 milhões na rubrica Outros Encargos.

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida – ROL da Celesc Distribuição no primeiro trimestre de 2016 atingiu o montante de R\$1.621,4 milhões, 9,0% inferior ao registrado no 1T15.

Sem os efeitos da Receita de Construção, a ROL soma R\$1.537,1 milhões, queda de 9,3% em relação ao mesmo período de 2015. A Receita da Celesc Distribuição apresenta evolução média de 16,3% nos últimos quatro exercícios.



Custos e Despesas Operacionais

Celesc Distribuição S.A. | Custos e Despesas Operacionais

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.755,0)	(1.577,3)	-10,1%
Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis	(1.437,5)	(1.235,2)	-14,1%
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	(1.285,7)	(1.070,6)	-16,7%
Encargo de Uso da Rede Elétrica	(121,5)	(123,5)	1,7%
PROINFA	(30,2)	(41,1)	35,9%
PMSO - Despesas Operacionais Gerenciáveis	(215,3)	(197,6)	-8,2%
Pessoal	(150,4)	(139,5)	-7,2%
Materiais	(4,2)	(4,5)	7,1%
Serviços de Terceiros	(55,3)	(41,6)	-24,8%
Outras Receitas / Despesas	(5,3)	(11,9)	123,6%
Provisões, líquidas*	27,2	(10,3)	-138,1%
Depreciação / Amortização	(42,4)	(49,9)	17,7%
Custo de Construção	(87,0)	(84,3)	-3,1%

* A partir do Release 4T14, passamos a excluir a rubrica "Provisões, líquidas" do somatório PMSO, visando a comparabilidade entre o PMSO Regulatório ANEEL e o PMSO efetivamente realizado pela Celesc Distribuição.

No primeiro trimestre de 2016 os Custos e Despesas Operacionais da Celesc Distribuição somaram R\$1.577,3 milhões, redução de 10,1% na comparação com o primeiro trimestre de 2015. Desconsiderando a rubrica Custo de Construção (que tem efeito nulo no resultado) a redução foi de 10,5% no período, somando R\$1.493,0 milhões. A redução é explicada principalmente pela queda nos

Custos com Energia Elétrica (não-gerenciáveis) que contraíram 14,1% (-R\$202,3 milhões) no comparativo com o mesmo período do ano anterior.

Custos com Energia Elétricas - Não-Gerenciáveis

Os gastos não-gerenciáveis da Celesc Distribuição (despesas com energia elétrica comprada para revenda e respectivos encargos) somaram R\$1.235,2 milhões no 1T16, expressiva diminuição de 14,1% (-R\$202,3 milhões) na comparação com 1T15.

Importante ressaltar que com o fim dos mecanismos de aporte de recursos realizados pela CDE (Decreto Federal nº 7.945/2013) e pela CONTA-ACR (Decreto Federal nº 8.221/2014) em janeiro de 2015, os custos extraordinários com a compra de energia elétrica e respectivos encargos setoriais, passaram a ser cobertos, ao menos parcialmente, pelo mecanismo de aplicação das Bandeiras Tarifárias e pela Revisão Tarifária Extraordinária aplicada a partir de 02 de março de 2015, os quais majoraram o faturamento bruto da Companhia. A soma de R\$1.235,2 milhões (redução de 14,1%) nos custos não-gerenciáveis (Parcela A) se explica, basicamente, por:

- Queda de 16,7% (-R\$215,2 milhões) totalizando R\$1.070,6 milhões nas despesas com Energia Elétrica Comprada para Revenda (já considerada a redução nas despesas com Energia Elétrica de Curto Prazo), reflexo da diminuição de 37,1% na tarifa de energia e origem térmica (contratos CCEARs/Térmica) e também contração de 9,6% na tarifa média de energia comprada de ITAIPU⁴, sendo que no geral a redução foi de 15,8%.
- Aumento de 1,7% (+R\$2,1 milhões), totalizando R\$123,5 milhões, com os Encargos de Uso da Rede Elétrica (sistema de transmissão e distribuição) que acompanham os reajustes/revisões tarifários;
- Elevação de 35,9% (+R\$10,9 milhões), somando R\$41,1 milhões nas despesas com PROINFA (encargo).

A tabela abaixo apresenta o custo por modalidade e respectiva participação no mix de tarifas de compra de energia da Companhia:

Celesc Distribuição S.A. | Custos com Energia Comprada por Modalidade de Contratação

Tarifa Média de Energia Comprada por Modalidade (R\$/MWh)*	1T15	1T16	Var. de Preço %	Participação % no MIX 1T15	Participação % no MIX 1T16	Tarifa Média do Reajuste Tarifário* (R\$/MWh)
LEILÃO - CCEAR / Hidro	169,6	175,4	3,4%	53,7%	45,0%	171,5
LEILÃO - CCEAR / Térmica	334,2	210,1	-37,1%	20,2%	24,8%	246,2
ITAIPU	240,4	217,3	-9,6%	18,3%	19,1%	260,7
CONTRATOS BILATERAIS	258,4	276,9	7,2%	0,9%	0,9%	269,1
OUTROS	27,5	52,0	89,0%	1,7%	10,1%	37,3
Total - (R\$/MWh)	214,3	180,5	-15,8%			193,6

* Os dados contêm previsões de despesas com compra de energia em função da metodologia utilizada na contabilização. A receita com bandeiras tarifárias não estão contempladas nos cálculos acima. Esta receita é tratada a parte pois a sua cobertura depende das condições hidrológicas, que podem ser alteradas de um mês para o outro.

* Resolução Homologatória 1770/2014

Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (Ativos e Passivos Regulatórios Parcela A)

A Portaria Interministerial nº 25, de 24 de Janeiro de 2001, dos Ministérios de Estado da Fazenda e de Minas e Energia, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA como a conta contábil destinada a registrar as variações nos custos não gerenciáveis ocorridas no período entre os reajustes tarifários das distribuidoras de energia elétrica. Com a adoção do IFRS a partir do exercício de 2010, o resultado da Companhia não refletia mais os diferimentos da CVA, sendo que, a apuração continuava sendo realizada para atender às exigências da ANEEL. Porém, a partir de Dezembro de 2014, de acordo com a [Orientação Técnica OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica](#) emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([Deliberação CVM Nº 732/2014](#)), a Celesc Distribuição voltou a reconhecer nos seus resultados os saldos registrados na CVA. Referido pronunciamento tem por base a assinatura do [4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão](#), realizada no dia 10 de dezembro de 2014, que garantiu à Companhia, no caso de extinção da concessão, o direito/dever de ter acrescentado/abatido os referidos saldos no valor da indenização.

⁴ A energia elétrica comprada de ITAIPU foi influenciada pela desvalorização cambial ocorrida no período e pelo reajuste de tarifa aprovado pela Diretoria da ANEEL, em reunião do dia 09 de dezembro de 2014, que elevou o preço em dólar (de US\$26,05/KW para US\$38,07/KW), representando uma alta de 46,1%.

A tabela a seguir demonstra o saldo de Ativos e Passivos Regulatórios estimados pela Companhia e acumulados ao final de cada período. Os referidos saldos integram a base de reajustes tarifários da Celesc Distribuição e, em 31/03/2015, foram reconhecidos de forma prospectiva, registrando os valores em *Outras Contas a Receber* em contrapartida a *Receita de Ativo Regulatório* no resultado.

Celesc Distribuição S.A. | Ativos e Passivos Regulatórios Acumulados

R\$ Milhões	em	em	em	em	em	em	em	em	em	em	em
	31/12/2012	31/12/2013	31/03/2014	30/06/2014	30/09/2014	31/12/2014	31/03/2015	30/06/2015	30/09/2015	31/12/2015	31/03/2016
Ativos Regulatórios	234,6	356,4	554,3	629,0	612,0	644,0	601,5	726,0	660,0	1.102,9	921,44
Passivos Regulatórios	(41,6)	(119,3)	(191,2)	(252,6)	(217,9)	(193,4)	(139,0)	(323,3)	(247,7)	(657,5)	(718,95)
Saldo Líquido	193,0	237,1	363,1	376,4	394,1	450,6	462,5	402,8	412,2	445,4	202

A Companhia fechou primeiro trimestre de 2016 com saldo acumulado de R\$202,0 milhões, sendo R\$921,44 milhões de ativos regulatórios e R\$718,9 milhões de passivos regulatórios. No primeiro trimestre de 2016 o ativo/passivo financeiro setorial da Celesc Distribuição foi negativo em R\$51,3 milhões (sendo R\$55,8 milhões negativo contabilizado na receita operacional bruta do período janeiro a março de 2016 relativo ao passivo regulatório constituído na compra de energia e encargos, e R\$4,5 milhões contabilizado a título de receita no resultado financeiro da Celesc D referente atualização do saldo total desses ativos/passivos regulatórios pela taxa SELIC).

PMSO – Despesas Operacionais Gerenciáveis (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros)

As despesas gerenciáveis da Celesc Distribuição totalizaram R\$197,6 milhões no 1T16, contração de 8,2% (-R\$17,7 milhões) em comparação aos R\$215,3 milhões registrados no primeiro trimestre de 2015.

Pessoal

A rubrica *Pessoal e Administradores* é composta pelas despesas incorridas com remuneração dos empregados (incluindo encargos) e com as contribuições regulares aos planos de pensão administrados pela Fundação CELOS (rubrica *Previdência Privada*). No 1T16, os gastos com essas despesas somaram R\$128,9 milhões, uma alta de 4,0% (+R\$5,0 milhões) no comparativo com o mesmo período de 2015.

Celesc Distribuição S.A. | Despesas Totais com Pessoal

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Pessoal Total	(150,4)	(139,5)	-7,2%
Pessoal e Administradores	(123,9)	(128,9)	4,0%
<i>Pessoal e Encargos</i>	(117,3)	(122,0)	4,0%
<i>Previdência Privada</i>	(6,6)	(6,9)	4,8%
Despesa Atuarial	(26,4)	(10,6)	-59,9%

O aumento nas despesas com Pessoal no 1T16 (+R\$5,0 milhões) explica-se pelos seguintes fatores principais: (i) efeitos do reajuste anual previsto no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT e aplicação do Plano de Cargos e Salários – PCS ; (ii) aumento de rubricas fixas (+R\$4,4 milhões); (iii) redução nas rubricas variáveis (-R\$1,4 milhões) e encargos sociais (R\$1,1 milhões).

As despesas totais com *Pessoal* (que incluem Despesa Atuarial) apresentou redução de 7,2% no trimestre quando comparado ao 1T15, influenciado, principalmente, pela redução de 59,9%, explicada pela reclassificação da reserva matemática que totalizaram R\$23,2 milhões. Sem o efeito da exclusão da reserva matemática a despesa atuarial teria um acréscimo de 29,3%.

Previdência Privada e Despesa Atuarial

A Celesc Distribuição é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS que administra os planos de benefícios previdenciários e o plano assistencial de saúde oferecidos aos seus empregados. A *Despesa Atuarial* reconhecida na Demonstração de Resultado segue o definido na Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios Pós-Emprego realizada por atuários independentes. A estimativa para a despesa/receita atuarial líquida para o exercício que se encerrará em 31/12/2016 é de R\$135,2 milhões, 27,9% superior à despesa incorrida em 2015.

Celesc Distribuição S.A. | Despesa (receita) Atuarial reconhecida no resultado

R\$ Milhões	Valor efetivamente reconhecido em 2013	Valor efetivamente reconhecido em 2014	Valor efetivamente reconhecido em 2015	Valor estimado a ser reconhecido em 2016
Plano Transitório	39,8	33,6	42,6	47,0
Plano Misto	40,6	23,1	35,5	40,0
Plano Pecúlio	(0,2)	0,1	0,1	1,1
PDVI 2002	2,2	0,6	-	-
PDV 2012	21,0	20,3	12,9	9,9
Plano de Saúde	(10,3)	(5,9)	11,6	33,2
Outros Benefícios	2,9	3,2	3,1	4,0
Total	95,9	74,9	105,7	135,2

O quadro a seguir apresenta o Passivo Atuarial reconhecido em 31/03/2016 em comparação ao fechamento de 2015 e demonstra a redução das obrigações estimadas da Celesc Distribuição da ordem de 1,2% na comparação com dezembro de 2015.

Celesc Distribuição S.A. | Passivo Atuarial

R\$ Milhões	em 31 de dezembro de 2015	em 31 de Março de 2016	Var. %
Planos de Benefícios Previdenciários	789,4	787,6	-0,2%
Plano Misto + Plano Transitório	789,4	787,6	
Outros Benefícios Pós-Emprego	619,9	605,3	-2,4%
Plano de Saúde	464,3	464,4	
PDV 2012	108,8	93,8	
Outros Benefícios	46,7	47,1	
Total	1.409,2	1.392,9	-1,2%
Curto Prazo	173,2	173,3	
Longo Prazo	1236,0	1219,6	

Materiais

A rubrica *Materiais* somou R\$ 4,5 milhões no trimestre, elevação de 7,1% (+R\$0,3 milhão) quando comparado ao primeiro trimestre de 2015, destaca-se: (i) Redução em Material de Manutenção e Conservação (-R\$0,08 milhões), elevação em material de Segurança e Medicina do trabalho (+R\$0,02 milhões).

Serviços de Terceiros

Os gastos com *Serviços de Terceiros* somaram R\$41,6 milhões no 1T16, redução de 24,8% (-R\$13,7 milhões) em relação ao período comparativo (1T15). A redução deve-se, principalmente, aos Serviços em Distribuição, manutenção de software, combustível (-R\$0,7 milhões), Call Center (-R\$0,7 milhões), Publicações (-R\$0,3 milhões), Operação Veraneio (-R\$0,5 milhões), Serviços Pessoa Jurídica (-R\$0,2 milhões).

Outras Despesas Operacionais
Celesc Distribuição S.A. | Outras Despesas / Receitas Operacionais

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Outras Despesas / Receitas - Total	(5,3)	(11,9)	123,6%
Arrendamento e Aluguéis	(5,6)	(3,8)	-32,8%
Seguros	(0,0)	(0,0)	-4,2%
Tributos	(2,4)	(2,4)	-3,5%
Perdas Líquidas	(6,4)	(6,2)	-4,3%
Despesas Diversas*	9,1	0,4	-96,1%

* Despesas Diversas: Consumo Próprio de Energia, Publicidade, Multas, Indenizações a Consumidores, Doações/Subvenções, etc.

O item *Outras Despesas Operacionais* registrou o montante de R\$11,9 milhões no primeiro trimestre de 2016, acréscimo de 123,6% (+R\$6,6 milhões) em relação ao mesmo período de 2015 quando os gastos foram da ordem de R\$5,3 milhões. Dentre os fatores que contribuíram para o aumento destaca-se: (i) Consumo Próprio e energia (+R\$0,4 milhões), (ii) Violação Padrão de Qualidade (+R\$1,7 milhões), Publicidade (+R\$0,5 milhões), Indenização por dano elétrico (+R\$0,5 milhões).

Provisões e Reversões de Provisões

Celesc Distribuição S.A. Provisões			
R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Provisões líquidas - Total	27,2	(10,4)	-138,2%
Provisões p/ Perdas Est. em Créd. de Liq. Duv., líquidas	(3,1)	(8,3)	162,6%
<i>Provisões de PECLD</i>	<i>(6,4)</i>	<i>(10,5)</i>	<i>63,7%</i>
<i>Reversão de Provisões de PECLD</i>	<i>3,3</i>	<i>2,2</i>	<i>-31,9%</i>
Outras Provisões, líquidas	30,3	(2,1)	-106,9%
<i>Outras Provisões</i>	<i>(5,4)</i>	<i>(8,8)</i>	<i>62,7%</i>
<i>Reversão de Outras Provisões</i>	<i>35,7</i>	<i>6,7</i>	<i>-81,1%</i>

O efeito líquido de *Provisões e Reversões de Provisões* no resultado da Celesc Distribuição no trimestre foi negativo (efeito intensificador nas despesas operacionais da distribuidora) em R\$10,4 milhões, valor 138,2% inferior ao valor registrado no 1T15, essa diferença pode ser explicada, basicamente, pela baixa no 1T15 de um provisionamento contábil no valor de R\$ 30,0 milhões, que havia sido realizado no primeiro trimestre de 2013 (rubrica *Outras Provisões*), decorrente da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT envolvendo terceirização de serviços. Abaixo se detalha as principais variações da rubrica *Provisões* que impactam no resultado da Celesc D no 1T16:

Provisões para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

- i. Aumento nas Provisões de PECLD que somaram R\$8,3 milhões no 1T16 (+R\$5,6 milhões em relação ao 1T15), reflexo do maior faturamento da Companhia decorrente da elevação nas tarifas de fornecimento de energia elétrica (reajuste de agosto de 2015 e revisão tarifária extraordinária de março de 2015);
- ii. Aumento da Reversão de Provisões de PECLD que somou R\$2,2 milhões no trimestre.

Outras Provisões para Perdas (Contingências Jurídicas Trabalhistas, Cíveis, Fiscais, Ambientais e Regulatórias)

- i. Redução na rubrica *Outras Provisões Líquidas* que totalizou no trimestre R\$2,1 milhões negativos, destacando: *Outras Provisões* (R\$8,8 milhões negativo), *Reversão de Outras Provisões* (R\$6,7 milhões);
- ii. Segregando a rubrica *Outras Provisões*: *Trabalhista* (R\$2,8 milhões), *Cível* (R\$6,0 milhões) e *Ambiental* (R\$0,02 milhões).
- iii. Detalhando a rubrica *Reversão de Outras Provisões*: *Trabalhista* (R\$2,8 milhões) e *Cível* (R\$3,9 milhões);
- iv. Não houve alteração na provisão regulatória no trimestre.

EBITDA e EBITDA Ajustado (não auditado)

O EBITDA (IFRS) apurado pela Celesc Distribuição no 1T16 foi de R\$94,0 milhões (+R\$25,3 milhões), margem de 6,1% antes dos ajustes, valor 36,8% superior ao registrado no 1T15. Deve-se ressaltar que o resultado do período comparativo não considerava a contabilização dos ativos financeiros setoriais (CVA). A tabela a seguir apresenta a conciliação do EBITDA societário (ICVM n° 527/12) e também os ajustes de EBITDA (Efeitos Não-Recorrentes).

Celesc Distribuição S.A. | EBITDA IFRS + Ativos/Passivos Regulatórios - Não-Recorrentes

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Lucro / Prejuízo Líquido	43,2	16,6	-61,5%
(+) IR e CSLL	11,3	9,6	-14,8%
(+) Resultado Financeiro	(28,2)	17,81	163,2%
(+) Depreciação e Amortização	42,4	49,9	17,7%
EBITDA	68,7	94,0	36,8%
(+) Efeitos de Ativos e Passivos Regulatórios			
(=) EBITDA Ajustado por Ativos/Passivos Regulatórios	68,7	94,0	36,8%
(-) Efeitos Não-Recorrentes	(30,0)	0,0	
Reversão de Provisão Trabalhista "Terceirizados"	(30,0)		
(=) EBITDA Ajustado por Ativos/Passivos Regulatórios - Efeitos Não-Recorrentes	38,7	94,0	142,8%
<i>Margem EBITDA IFRS, exclui Receita de Construção (%)</i>	3,9%	6,1%	
<i>Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	2,3%	6,1%	

O EBITDA AJUSTADO no trimestre registra o valor de R\$94,0 milhões (R\$38,7 milhões no 1T15), representando valor igual ao EBITDA IFRS por não haver efeitos não recorrentes no trimestre.

Resultado Financeiro

No 1T16, a Celesc Distribuição apresentou Resultado Financeiro líquido negativo em R\$17,8 milhões, ante resultado de R\$28,2 milhões positivo no primeiro trimestre de 2015, o que representa uma queda de 163,2%, fato que pode ser explicado em parte pela reclassificação da reserva matemática antes classificada com despesa operacional.

As Receitas Financeiras somaram R\$77,2 milhões, queda de 14,3% em relação aos R\$90,0 milhões registrados no 1T15, sendo impactada principalmente por: (i) Renda de Aplicação Financeira (R\$+15,9 milhões); (ii) Variação Monetária (+R\$9,2 milhões); (iii) Acréscimo Moratário (+R\$10,7 milhões) referente ao aumento do faturamento.

As Despesas Financeiras foram de R\$95,0 milhões no trimestre, alta de 53,6% (+R\$33,1 milhões) em relação ao período comparativo, sendo os principais fatores de influência: (i) aumento dos Encargos de Dívidas (+R\$20,9 milhões) decorrente de: 1) Redução dos juros pagos sobre o estoque de dívida (-R\$2,2 milhões) e de seu principal indexador (taxa CDI) e 2) Reclassificação da reserva matemática, classificada como despesa operacional até o 3T15, tendo impacto de R\$23,2 milhões no trimestre, mas reduzindo a despesa operacional; (iii) Variação cambial da energia comprada (+R\$11,2 milhões) no trimestre; (iv) Juros sobre Debêntures (+R\$12,6 milhões), relativa à captação realizada em maio/13 e setembro/15.

Celesc Distribuição S.A. | Demonstrativo do Resultado Financeiro

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Receitas Financeiras	90,0	77,2	-14,3%
Renda de Aplicações Financeiras	5,0	20,9	320,2%
Variações Monetárias	2,3	11,5	400,0%
Incentivo Financeiro Fundo Social	4,4	0,0	-100,0%
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Faturas	15,2	25,8	70,3%
Atualização Monetária sobre Ativo Regulatório	21,4	4,5	-79,2%
Receita Financeira - VNR	40,1	5,1	-87,3%
Variação Cambial Energia Comprada		8,0	
Outras Receitas Financeiras	1,7	1,3	-20,3%
Despesas Financeiras	(61,8)	(95,0)	53,6%
Encargos de Dívidas	(21,5)	(42,5)	97,0%
Variações Monetárias	(22,6)	(0,7)	-96,8%
Atualização P&D e Eficiência Energética	(5,9)	(7,1)	19,7%
Variação Cambial Energia Comprada		(11,2)	
Atualização Monetárias Ativos Regulatórios		(9,7)	
Juros sobre Debêntures	(9,5)	(22,2)	132,7%
Despesa Financeira - VNR		0,0	
Outras Despesas Financeiras	(2,2)	(1,7)	-25,1%
Resultado Financeiro Líquido	28,2	(17,8)	-163,2%

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

A Celesc Distribuição registrou Lucro Líquido (IFRS) de R\$16,6 milhões no primeiro trimestre de 2016 (ante lucro de R\$43,2 milhões no 1T15), valor 61,5% inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior, representando Margem Líquida antes dos ajustes da ordem de 1,1%.

Semelhantemente ao EBITDA ajustado não houve no trimestre efeitos não recorrente, sendo assim o Lucro Líquido IFRS é igual ao Lucro Líquido ajustado.

Celesc Distribuição S.A. | LUCRO LÍQUIDO IFRS + Ativos/Passivos Regulatórios - Não-Recorrentes

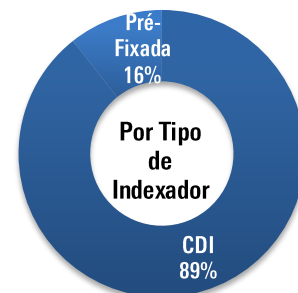
R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Lucro/Prejuízo Líquido - Reportado IFRS	43,2	16,6	-61,5%
(+) Efeitos de Ativos e Passivos Regulatórios			
(=) Lucro/Prejuízo Ajustado por Ativos/Passivos Regulatórios	43,2	16,6	-61,5%
(-) Efeitos Não-Recorrentes	(19,8)	0,0	
Reversão de Provisão Trabalhista "Terceirizados"	(19,8)		
(=) Lucro Líquido Ajustado por Ativos/Passivos Regulatórios - Efeitos Não-Recorrentes	23,4	16,6	-28,9%
Margem Líquida IFRS, exclui Receita de Construção (%)	2,4%	1,1%	
Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	1,4%	1,1%	

Endividamento

O quadro abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos detidos pela Celesc Distribuição em 31 de março 2016 no comparativo com o encerramento do exercício de 2015:

Celesc Distribuição S.A. | Posição Empréstimos e Financiamentos

R\$ Milhões	Tx. Anual de Juros	em 31 de Dezembro de 2015	em 31 de Março de 2016	Δ
Moeda Nacional				
Empréstimos Bancários	110% a 121,5% CDI	416,9	363,3	-12,9%
Eletrobrás	5,00%	89,4	77,7	86,88%
Debêntures	CDI + 1,30%	304,3	315,1	3,5%
Debêntures	CDI +2,50%	296,4	298,6	
Finame	2,50% a 8,70%	35,8	38,4	7,2%
Total		1.142,9	1.093,1	-4,4%
Curto Prazo - Circulante		519,1	519,6	
Longo Prazo - Um a Cinco Anos		613,2	563,1	
Longo Prazo - Acima de Cinco Anos		10,6	10,4	



Empréstimos Bancários

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89,0 milhões à taxa de 7,55% a.a.. Este contrato foi liquidado no primeiro trimestre de 2015. Em 11 de março de 2014, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D nos valores de R\$90,0 milhões junto ao Banco do Brasil à taxa de 116% do CDI e R\$300,0 milhões junto a Caixa Econômica Federal à taxa de 121,5% do CDI. Em 23 de janeiro de 2015, a Celesc D captou recursos no valor de R\$100,0 milhões junto ao Banco do Brasil, novamente para Capital de Giro. O pagamento será em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, vencível a primeira em 07 de fevereiro de 2016 com liquidação em 07 de janeiro de 2018 e encargos financeiros de 110% do CDI.

Eletrobrás

Os empréstimos e financiamentos contratados destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5,00% a.a. e taxa de administração de 2,00% a.a. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e são anuídos pela ANEEL.

Debêntures

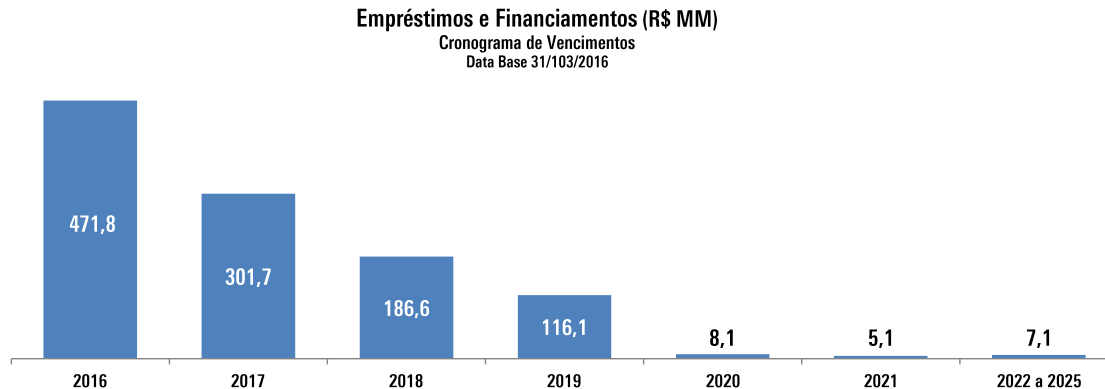
Em maio de 2013, a subsidiária Celesc Distribuição emitiu pela primeira vez 30.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória exercida pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, captando recursos para serem utilizados para reforço de capital de giro e realização de investimentos pela Companhia. As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, sob o regime de garantia firme, e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários "DI", acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano. A Remuneração é paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da Data de Emissão (15/5/2013). A amortização em 3 (três) parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão. As Debêntures têm como compromisso contratual (covenant) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2.

Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a compra de máquinas e equipamentos; possui taxas de juros de 2,5% a.a. a 8,7% a.a. Em caso de inadimplência, a garantia esta vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

A dívida financeira bruta da Celesc Distribuição soma R\$1.093,1 milhões em 31 de março de 2016, redução de 4,4% em relação ao fechamento de 2015 (R\$1.142,9 milhões) decorrente da maior necessidade de capital de giro para fazer frente aos elevados custos com compra de energia elétrica para revenda.

O cronograma estimado de vencimento dos empréstimos e financiamentos está disposto no gráfico a seguir. No primeiro trimestre de 2016, a Companhia renegociou alguns desses contratos visando alongar o prazo das obrigações com vencimento no curto prazo.



As disponibilidades somam R\$915,3 milhões em 31 de março 2016, resultando em uma dívida financeira líquida da ordem de R\$177,8 milhões (dívida líquida de R\$ 478,7 milhões apurada em dezembro/15). A Companhia encerrou primeiro trimestre de 2016 com sua dívida financeira representando 0,6x o EBITDA dos últimos 12 meses (1,2x o EBITDA Ajustado) e 0,1x seu Patrimônio Líquido conforme a seguir:

Celesc Distribuição S.A. | Endividamento

Dívida Financeira 1T16			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2015	em 31 de Março 2016	Δ
Dívida de Curto Prazo	518,8	519,7	0,2%
Dívida Longo Prazo	624,2	573,5	-8,1%
Dívida Financeira Total	1.142,9	1.093,1	-4,4%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	734,2	915,3	24,7%
Dívida Financeira Líquida	408,7	177,8	-56,5%
EBITDA (últimos 12 meses)	808,2	277,8	-65,6%
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	0,5x	0,6x	
EBITDA AJUSTADO (últimos 12 meses)	402,7	153,1	-62,0%
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	1,0x	1,2x	
Patrimônio Líquido	1.651,4	1.517,7	-8,1%
Dívida Fin. Total / Patrimônio Líquido	0,7x	0,7x	
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	0,2x	0,1x	

Considerando as Obrigações com Pensão, que somam R\$787,6 milhões em 31 de março 2016 e Outros Benefícios a Empregados (Plano de Saúde, PDVs, outros) no valor de R\$605,3 milhões, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia soma R\$1.271,6 milhões, o que representa 4,6x o EBITDA 12M e 0,8x o Patrimônio Líquido da empresa ao fim do 1T16, conforme quadro abaixo:

Celesc Distribuição S.A. | Endividamento + Benefício Pós-Emprego

Dívida Financeira + Benefícios Pós-Emprego 1T16			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2015	em 31 de Dezembro de 2016	Δ
Dívida de Curto Prazo	518,8	519,7	
Dívida Longo Prazo	624,2	573,5	
Dívida Financeira Total	1.142,9	1.093,1	-4,4%
(+) Benefícios Pós-Emprego Líquido	1.178,7	1.093,9	-7,2%
Obrigações com Pensão	789,4	787,6	-0,2%
Outros benefícios a empregados	619,9	605,3	-2,4%
(-) IR/CSLL diferidos ¹	230,5	299,0	29,7%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	734,2	915,3	24,7%
Dívida Líquida Ajustada	1.587,4	1.271,6	-19,9%
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA 12M	2,0x	4,6x	
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA Ajust. 12M	3,9x	8,3x	
Dívida Total Ajust. / Patrimônio Líquido	1,4x	1,4x	
Dívida Líquida Ajust. / Patrimônio Líquido	1,0x	0,8x	

Ratings da Celesc Distribuição

A Moody's América Latina Ltda (Moody's) atribuiu ratings de emissor Ba3 em escala global e A2.br em escala nacional à Celesc Distribuição S.A. (CELESC D). Ao mesmo tempo, a Moody's atribuiu ratings Ba3 e A2.br a BRL 300,0 milhões em debêntures amortizáveis sem garantia de ativos reais amortizáveis em 6 anos com vencimento em 2019 emitidas pela CELESC D e garantidas pela CELESC no mercado local. A perspectiva estável reflete a expectativa da Moody's de que a CELESC D, apesar de certa deterioração nos indicadores de crédito em relação ao desempenho histórico, consiga uma redução gradual em seus custos operacionais, bem como assegurar dívida de longo prazo suficiente para financiar seu programa de investimentos em imobilizado.

Investimentos | CAPEX

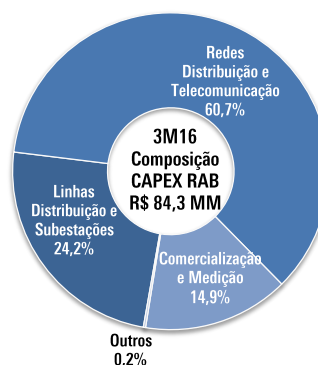
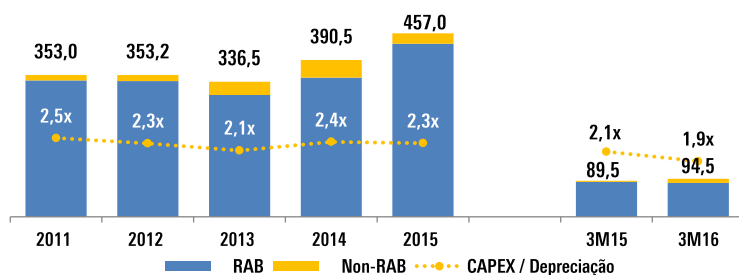
Os investimentos realizados pela Celesc Distribuição somaram R\$94,5 milhões no primeiro trimestre de 2016, significando CAPEX 5,6% acima do realizado no mesmo período de 2015. A tabela abaixo apresenta o investimento da distribuidora indicando o que compõe a Base de Remuneração Regulatória - BRR (no inglês, RAB – *Regulatory Assets Base*):

CAPEX - Celesc Distribuição S.A.

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Investimentos Distribuição	89,5	94,5	5,6%
RAB *	87,0	84,3	-3,1%
Non - RAB	2,5	10,2	307,4%
Depreciação / Amortização	(42,4)	(49,9)	17,7%
Relação CAPEX x Depreciação	2,1x	1,9x	

* RAB: Regulatory Assets Base

Os gráficos a seguir ilustram o CAPEX realizado pela empresa nos últimos anos (e sua relação com a Depreciação), bem como a composição do CAPEX em ativos elétricos realizados no primeiro trimestre de 2016, os quais irão compor a Base de Remuneração Regulatória – BRR:

CAPEX Celesc Distribuição (R\$ MM)

2.1.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição
Prorrogação da Concessão – Medida Provisória – MP nº 579/12, Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 8.461/15

A Celesc Distribuição S.A. teve o vencimento de seu contrato de concessão ocorrido no dia 07 de julho de 2015 conforme disposto no Contrato de Concessão nº 056/99. Com o advento da MP nº 579/12, trazendo nova disciplina legal para a prorrogação dos contratos de concessão, em 19 de setembro de 2012, a Companhia protocolou documento ratificando a intenção manifestada no mês de junho do mesmo ano junto ao órgão regulador - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em janeiro de 2013, a Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.783/13, mantendo a previsão de prorrogação por 30 anos. Até 03 de junho de 2015 havia uma grande expectativa em relação às regras e condições para a prorrogação das concessões de distribuição, considerando a diretriz traçada na Lei 12.783/2013.

Em junho de 2015, foi então publicado o Decreto nº 8.461, disciplinando as condições para a prorrogação da concessão, bem como delegando à ANEEL a instrumentalização do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, bem como as condicionantes afetas à qualidade do serviço, à sustentabilidade econômica, à modicidade tarifária, e à racionalidade técnica, operacional e econômica. Ato contínuo, ainda em de junho de 2015, a Aneel abriu a Audiência Pública nº 038/15 com a finalidade de debater com as distribuidoras e toda a sociedade as condições propostas para a prorrogação, prazo este vencido em 13 de julho de 2015.

A Celesc D, assim como outras distribuidoras e a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee, apresentaram inúmeras contribuições buscando o aprimoramento das regras e o melhor alinhamento para a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica à sociedade catarinense com qualidade e sustentabilidade. Ainda no mês de junho de 2015 o Tribunal de Contas da

União – TCU proferiu decisão em Medida Cautelar determinando a suspensão do processo de Prorrogação das Concessões de distribuição para melhor análise das justificativas apresentadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e ANEEL.

Em 09 de setembro o Pleno do TCU decidiu por autorizar o seguimento do processo de prorrogação, apresentando novas exigências a serem atendidas, dentre elas a manutenção dos critérios ensejadores da extinção da concessão (indicadores de Qualidade e Sustentabilidade) também a partir do sexto ano do contrato, até o seu termo final. Também foi apontada pelo TCU a impossibilidade de oportunizar as distribuidoras a apresentação de proposta de troca do controle acionário após iniciado o processo de extinção da concessão, tendo em vista inexistência de previsão legal para tanto.

A partir destas condicionantes apresentadas pelo TCU, a ANEEL reabriu a Audiência Pública nº 038/2015, em sua segunda fase, para receber novas contribuições da sociedade, objetivando atender às determinações do TCU, ao mesmo tempo em que apresentou recurso (Embargos de Declaração) da decisão da Corte de Contas da União, questionando alguns pontos, e propondo alternativas à decisão proferida, de onde destacamos: i) Concessão de prazo de 18 meses para regulamentar as condicionantes relativas à governança e demais parâmetros de restrições de distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio; e ii) Possibilidade de revisão dos parâmetros do indicador de Qualidade (DEC/FEC) a cada 5 anos, após o sexto ano de concessão.

Após a análise dos Embargos pela Corte de Contas da União, foi proferida nova decisão em 14 de outubro de 2015 dispondo que: i) A regulamentação prévia das condicionantes relativas à governança corporativa e demais pontos correlatos passa a ser uma recomendação e não uma determinação; e ii) A revisão dos parâmetros de DECI e FECi poderá ocorrer a cada ciclo de 5 anos conforme regulamentação previamente discutida com a sociedade. A partir desta decisão a ANEEL incorporou as determinações do TCU ao Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, aprovando-o em reunião de diretoria da Agência ocorrida no dia 20 de outubro de 2015, de modo que a minuta do Termo Aditivo encaminhado ao MME foi aprovada por meio do Despacho ANEEL nº 3.540/2015.

Com o despacho do MME publicado em 11 de novembro de 2015, a Celesc Distribuição teve aprovada a versão final do Quinto Termo Aditivo, mantendo a previsão de prorrogação por 30 anos, iniciando assim os procedimentos relativos à sua assinatura dentro do prazo de 30 dias. A partir de então iniciaram-se os procedimentos internos com Assembleia Geral Extraordinária para apreciação dos acionistas da companhia, ocorrida em 02 de dezembro de 2015, além da instrumentalização documental necessária, culminando com a aprovação para assinatura do contrato e a assinatura do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 056/1999 realizada no dia 04 de dezembro de 2015 no Ministério de Minas e Energia - MME.

No ano de 2016 inicia-se o acompanhamento das condicionantes para a manutenção da concessão, conforme estabelecido no Termo Aditivo assinado. Para este ano já será exigido o atingimento das metas de DEC e FEC internas estabelecidas em contrato, quais sejam: 14,77 horas para o DEC e 11,04 interrupções para o FEC. Objetivando atingir referidas metas acordadas com o Poder Concedentes, foram traçadas ações nos plano operacional e de investimentos, concentrando-se especialmente na Diretoria de Distribuição – DDI.

Compartilhamento de RH e Infraestruturas – A diretoria da ANEEL, no mês de fevereiro de 2016, finalmente deliberou acerca das condições em que poderá ocorrer o compartilhamento de Recursos Humanos – RH e de Infraestruturas entre os agentes do setor elétrico que estejam em mesmo grupo econômico, objetivando o aproveitamento da sinergia de processos, ganhos de produtividade e consequentemente, otimização nos resultados econômico-financeiros. As novas regras foram estabelecidas através da Resolução Normativa n.º 699/2016, que também trouxe novos disciplinamentos para os atos entre partes relacionadas, incluindo os contratos de mútuo financeiro, troca de tecnologias e processos de anuência em geral. Considerando que referida resolução já era aguardada desde o ano de 2012, quando se iniciou sua discussão na ANEEL, especialmente diante dos atuais impactos fiscais da alocação de empregados na Celesc *Holding*, já foram iniciados os trabalhos internos visando a apresentação de proposta à Administração da empresa para a nova configuração organizacional, onde estão sendo ponderados os possíveis ganhos de sinergia com o compartilhamento, em contrapartida ao atendimento da condição de individualidade de cada concessão.

Definição dos Limites de DEC e FEC para o 4º Ciclo (2017-2021) – Paralelamente aos trabalhos da Revisão Tarifária, também são realizados os estudos e discussões junto à ANEEL para a definição dos limites de DEC e FEC para o ciclo de 5 (cinco) anos, que neste momento envolverá os anos de 2017 a 2021. Desde o final de 2015 já foram iniciados os estudos preliminares das metodologias estabelecidas pela ANEEL para a definição dos limites, com o aprofundamento da análise nos chamados “conjuntos heterogêneos”, onde buscamos evoluir junto à ANEEL com o reconhecimento de especificidades vivenciadas em nossa área de concessão, dentre as quais citamos as condições climáticas severas, a mobilidade, a densidade de alguns conjuntos, a incidência de vegetação nativa e reflorestamentos, além de outros fatores. Atualmente a ANEEL divulgou os limites preliminares a serem postos em Audiência Pública para discussão com a Celesc Distribuição a partir do mês de maio/16, vejamos:



Diante disso, seguimos com o aprofundamento dos estudos e elaboração da proposta da Celesc Distribuição para a definição dos limites de DEC e FEC, a partir dos limites preliminares acima apontados, cujo objetivo central é avançar na flexibilização dos limites para alguns conjuntos geoeletricos mais suscetíveis às especificidades de nossa área de concessão, e assim otimizar os resultados nos limites globais a serem estabelecidos.

Reajuste Tarifário Anual 2014 - [Resolução Homologatória Nº 1.770](#) e [Nota Técnica Nº 252/2014-SRE/ANEEL](#)

O Reajuste Tarifário da Celesc Distribuição, aplicado a partir do dia 07 de agosto de 2014, resultou no Índice de Reajuste Total – IRT de 23,21%, sendo 17,96% relativo ao cálculo econômico e 5,26% referente aos componentes financeiros pertinentes, rerepresentando um efeito médio de 22,62% percebido pelos consumidores cativos da Celesc. A diferença de 0,59% entre o reajuste médio calculado, de 23,21%, e o efeito médio percebido pelos consumidores, de 22,62%, diz respeito à retirada do componente financeiro positivo considerado no reajuste de 2013. O reajuste foi composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2014 (Resolução Homologatória 1.770/2014)		
Encargos Setoriais	0,88%	
Parcela A	Custos de transmissão	1,88%
	Compra de Energia	13,95%
	Parcela A	16,71%
Parcela B	1,25%	
Reajuste Econômico	17,96%	
Outros Componentes Financeiros	5,26%	
Reajuste Total	23,21%	

Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) Março/2015 – [Resolução Homologatória nº 1.858/2015](#) e [Nota Técnica nº 35/2015](#) e Bandeiras Tarifárias

Conforme [Comunicado ao Mercado](#) divulgado pela Companhia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no âmbito da Reunião Pública de Diretoria realizada em 27 de fevereiro de 2015, aprovou Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) aplicada pela Celesc Distribuição a partir de 02 de março de 2015. O efeito médio da RTE percebido pelos consumidores cativos da Celesc D foi da ordem de 24,80% em relação à tarifa praticada até então, sendo composto em 21,60% com Encargos e 3,20% com Energia. Os valores divulgados pela ANEEL para a RTE têm o objetivo de cobrir o aumento do custo da compra de energia da Usina Itaipu; a elevação dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; e também dos custos com a aquisição de energia em leilões de ajuste, necessários para atender o acréscimo da demanda. Todos esses custos integram a chamada “Parcela A” do valor das tarifas, não gerenciáveis pelas distribuidoras. A “Parcela B”, que reúne os custos gerenciáveis pela empresa não sofreu qualquer alteração na referida RTE.

Na mesma reunião que definiu os valores da RTE para cada concessionária, a ANEEL também definiu reajuste do custo das Bandeiras Tarifárias, mecanismo implantado em janeiro/2015. A Bandeira Verde significa que as condições são normais e não há acréscimo. A Bandeira Amarela, que sinaliza condições menos favoráveis de geração e representava, desde janeiro, acréscimo de R\$1,50 a cada 100 kWh consumido, passa a custar R\$2,50. A Bandeira Vermelha, acionada em condições mais custosas de geração representava acréscimo de R\$3,00 a cada 100 kWh consumidos e passará a custar R\$5,50.

Quanto ao adicional da bandeira vermelha, a ANEEL instaurou em agosto de 2015 nova Audiência Pública nº 053/2015 para aprimoramento da metodologia, tendo como resultado, em 28 de agosto de 2015, a publicação da Resolução Homologatória nº 1.945/2015 alterando seu valor de R\$5,50 a cada 100 kWh consumidores para R\$4,50. Como resultado da Audiência Pública nº 81/2015, em primeiro de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 kWh consumidos. Também a bandeira amarela teve seu valor reduzido e passou de R\$2,50 a R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh.

Reajuste Tarifário Anual 2015 - [Resolução Homologatória Nº 1.927](#) e [Nota Técnica Nº 194/2015-SRE/ANEEL](#)

O Reajuste Tarifário da Celesc Distribuição, aplicado a partir do dia 07 de agosto de 2015 resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da ordem de 3,61%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de 4,82% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de 3,04% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de -4,25%. Na composição do IRT para o período 2015-2016 a Parcela A (custos não-gerenciáveis) sofreu variação de 3,84% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante componente financeiro. A Parcela B (custos gerenciáveis) representou variação de 0,98%. A Parcela B foi reajustada em 5,54%, índice resultante da variação do IGP-M do período (6,87%) menos o Fator X (1,33%), que objetiva capturar os ganhos de produtividade da concessionária. A tabela abaixo detalha a composição dos itens do reajuste:

Reajuste Tarifário 2015 (Resolução Homologatória ANEEL 1.927/2015)		
Parcela A	Encargos Setoriais	4,92%
	Custos de Transmissão	-0,34%
	Compra de Energia	-0,73%
	Total Parcela A	3,84%
Parcela B		0,98%
Reajuste Econômico (IRT), considerando a variação tarifária da RTE de março/15		4,82%
Componentes Financeiros do Processo Atual		3,04%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-4,25%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		3,61%

Decreto nº 8.401 de 04 de Fevereiro de 2015 – Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a CCRBT. O Decreto estabelece que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. A ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 28 de 05 de fevereiro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser revertidos à CCRBT, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente. As bandeiras tarifárias passam a ser acionadas conforme o seguinte critério:

- I - bandeira tarifária verde: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de R\$200,00/MWh;
- II - bandeira tarifária amarela: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$200,00/MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, atualmente de R\$227,04/MWh; e
- III - bandeira tarifária vermelha: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD, de R\$227,04/MWh.

A audiência pública nº 81 de dezembro de 2015 resultou em alteração nas faixas de acionamento das bandeiras para, vigentes a partir de 1º de fevereiro de 2016:

- I - bandeira verde será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for inferior a R\$211,28/MWh;

II - bandeira será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$211,28/MWh e inferior a R\$422,56/MWh; e

III - bandeira vermelha será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$422,56/MWh, conforme os seguintes patamares de aplicação:

- i. Patamar 1: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$422,56/MWh e inferior a R\$610/MWh; e
- ii. Patamar 2: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao limite a R\$610/MWh.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia. A Celesc D aplicou para seus consumidores, de acordo com determinação do órgão regulador, nos meses de janeiro de 2015 a fevereiro de 2016 bandeira tarifária vermelha.

2.2 - Celesc Geração

2.2.1 Desempenho Operacional

Produção

No 1T16 foram gerados 175,7 GWh pelas usinas da Celesc Geração, volume 25,3% superior ao realizado no primeiro trimestre de 2015 quando registrou produção de 140,2 GWh. Os fatores que contribuíram para esta melhora na produção se deve a boa afluência ocorrida em quase todas as regiões.

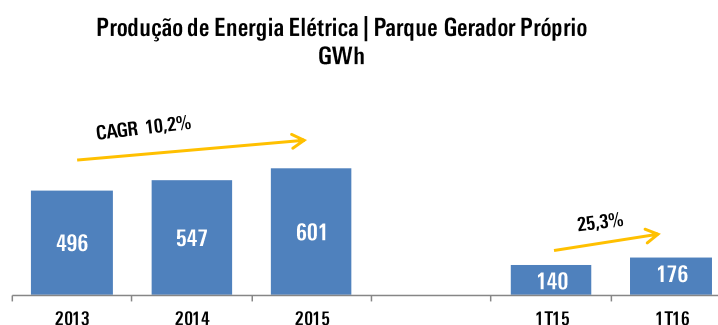
As usinas Pery (+14,1 GWh), Palmeiras (+10,8 GWh) e Bracinho (+7,0 GWh) foram as usinas que mais contribuíram para elevação da produção, sendo que as três juntas representam 62% da energia total produzida no trimestre, demonstrando a importância dessas usinas para o parque gerador da empresa.

A Usina Pery apresentou elevação 56,9%, passando de 24,8 GWh no 1T15 para 38,9 GWh no 1T16. Já a Usina Palmeira registrou incremento de 30%, tendo aumentado a produção de 36,0 GWh no 1T15 para 46,8 GWh no 1T16 e para finalizar a Usina Bracinho apresentou evolução de 43,1%, ampliando de 16,2 GWh no 1T15 para 23,2 GWh no 1T16.

O fator de capacidade global no primeiro trimestre de 2016 foi de 75,4%, representando 14,6 p.p. (pontos percentuais) acima do verificado no 1T15 (60,8%).

Celesc Geração S.A. | Produção de Energia Elétrica

Desempenho Operacional (GWh)	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Parque Gerador Próprio	140,2	175,7	25,3%
PCH Palmeiras	36,0	46,8	30,0%
PCH Bracinho	16,2	23,2	43,1%
PCH Garcia	16,6	17,9	7,6%
PCH Cedros	13,8	16,6	20,6%
PCH Salto	7,5	6,3	-15,3%
PCH Celso Ramos	10,5	10,6	1,1%
PCH Pery	24,8	38,9	56,9%
PCH Caveiras	7,1	6,9	-2,1%
CGH Ivo Silveira	5,4	5,5	0,5%
CGH Pirai	1,1	1,1	1,5%
CGH Rio do Peixe	1,0	1,1	2,1%
CGH São Lourenço	0,3	0,9	221,4%
Fator de Capacidade Global	60,8%	75,4%	



2.2.2 - Desempenho Econômico-Financeiro
Celesc Geração S.A. | Principais Indicadores Financeiros

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Receita Operacional Bruta	37,3	25,3	-32,2%
Deduções da Receita Operacional	(3,3)	(2,7)	-18,1%
Receita Operacional Líquida	34,0	22,6	-33,5%
Custos e Despesas Operacionais	(16,4)	(17,5)	6,5%
<i>Custos com Energia Elétrica</i>	(0,6)	(4,4)	673,5%
<i>Despesas Operacionais</i>	(15,8)	(13,1)	-17,5%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(0,4)	0,0	107,9%
Resultado das Atividades	17,2	5,2	-69,9%
EBITDA	32,5	15,8	-51,2%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	95%	70,0%	
Resultado Financeiro	4,0	(3,3)	-184,2%
LAIR	21,2	1,8	-91,3%
IR/CSLL	(6,0)	(1,0)	
Lucro/ Prejuízo Líquido	15,1	0,8	-94,6%
<i>Margem Líquida (%)</i>	44,4%	3,6%	

Destques do Resultado

A Receita Operacional Líquida da Celesc Geração apresentou queda de 33,5% no trimestre, reflexo da redução na quantidade de energia disponível para liquidação no mercado de curto prazo (CCEE) e da queda no PLD médio verificada entre os períodos.

Celesc Geração S.A. | Resultado Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
EBITDA Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	28,9	14,0	-51,8%
<i>Margem EBITDA Ajustada (%)</i>	85,0%	61,7%	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	12,8	(0,4)	-103,3%
<i>Margem Líquida Ajustada (%)</i>	37,5%	-1,9%	

O EBITDA no 1T16, já ajustado pelos efeitos da reversão de provisão para perda dos ativos apresentou recuo 51,8%, atingindo o valor de R\$14,0 milhões. Com isso, a Celesc Geração apresentou prejuízo de R\$0,4 milhões no trimestre.

Receita Operacional Bruta
Celesc Geração S.A. | Receita Operacional Bruta

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	37,3	25,3	-32,2%
Fornecimento de Energia	17,2	8,3	-51,6%
Suprimento de Energia	10,7	17,0	58,6%
Energia de Curto Prazo	9,4	0,0	-100,0%

A Receita Operacional Bruta - ROB da Celesc Geração somou R\$25,3 milhões no 1T16, reduzindo em 32,2% quando comparada ao 1T15. Tal variação no trimestre é explicada principalmente por:

- (i) Redução de 51,6% na quantidade de energia fornecida;

- (ii) Deslocamento para outros segmentos da rubrica energia de curto prazo;
- (iii) PLD médio de R\$388,48 no 1T15 *versus* PLD médio de R\$34,58 no 1T16, redução de 75,3%.

A tabela abaixo apresenta as quantidades físicas de energia faturada no primeiro trimestre de 2016 para cada um dos segmentos.

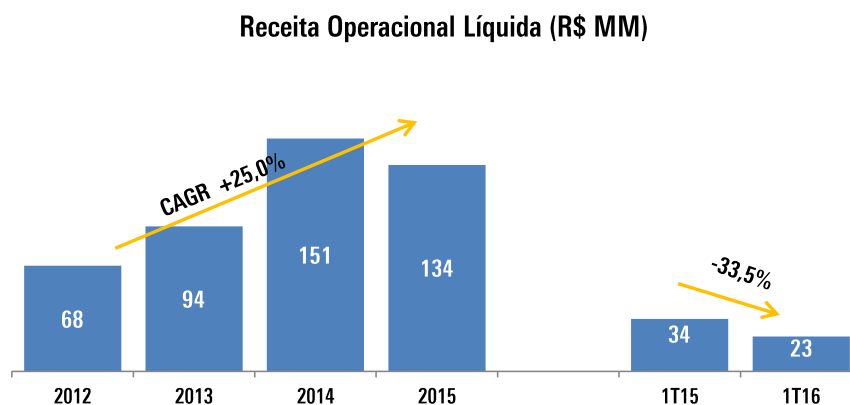
Celesc Geração S.A. Energia Faturada			
QUANTIDADE ENERGIA FATURADA (GWh)	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica	118,0	169,7	43,7%
Industrial	71,3	47,2	-33,8%
Comercial, Serviços e Outros	-	-	
Suprimento de Energia	27,1	113,6	318,8%
Energia de Curto Prazo (CCEE)	19,6	8,9	-54,9%
Preço Médio de Venda SEM CCEE (R\$/MWh)	283,71	98,99	-65,1%
Preço Médio de Venda COM CCEE (R\$/MWh)	311,81	95,63	-69,3%

A energia faturada teve aumento de 43,7%, dentre os segmentos que contribuíram para a elevação destaca-se o segmento suprimento de energia, incremento de 318,8%, influenciada pela negociação da garantia física da PCH Garcia. Já o segmento industrial apresentou retração de 33,8% devido, principalmente, ao término dos contratos de portfólio em dezembro de 2015.

O preço médio de venda reduziu-se 65,1% (sem CCEE) e 69,3% (com CCEE), respectivamente, no primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução é reflexo do novo cenário do mercado de energia de constante redução do PLD. No primeiro trimestre de 2015 o PLD era negociado no valor teto de R\$388,48, enquanto que no primeiro trimestre de 2016 foi negociado na média de R\$34,58.

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida – ROL da Celesc Geração apresentou redução de 33,5% no trimestre, reflexo da redução na quantidade de energia disponível para liquidação no mercado de curto prazo (CCEE) e da queda no PLD médio verificada entre os períodos.



Custos e Despesas Operacionais
Celesc Geração S.A. | Custos e Despesas Operacionais

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(16,4)	(17,5)	6,5%
Custos com Energia Elétrica	(0,6)	(4,4)	673,5%
Energia Elét.Comp.Rev.+ Encargos	(0,0)	(3,8)	18119,0%
Encargos do Uso do Sistema	(0,5)	(0,6)	6,2%
PMSO	(4,2)	(4,3)	2,4%
Pessoal e Administradores	(2,7)	(3,1)	17,0%
Material	(0,0)	(0,1)	787,5%
Serviços de Terceiros	(1,9)	(1,3)	-30,3%
Provisões, líquidas	(0,1)	0,0	-100,0%
Outras Receitas / Despesas	0,8	0,3	-61,5%
Provisão/Reversão Teste Impairment, líquidas	3,6	1,9	-48,0%
Depreciação / Amortização	(15,3)	(10,7)	-30,3%

A análise dos custos da subsidiária de geração de energia elétrica deve ser realizada desconsiderando os efeitos das provisões/reversões relativas ao teste *impairment* aplicado anualmente às usinas do parque gerador próprio. Esses efeitos, que desde 2012 visam refletir os ganhos e perdas com o Ativo Imobilizado, representaram reversão de R\$1,9 milhões no 1T16.

O total dos custos e despesas operacionais somaram R\$17,5 milhões no trimestre (elevação de 6,5%), destacando-se: Elevação de 673,5% (+R\$3,8 milhões) nos custos com Energia Elétricos devidos basicamente ao início da compra de 16 MW de fonte convencional para revenda (comercialização), contrato com vigência até 31 de março de 2025, esse contrato gera despesa em torno de um milhão ao mês. Os Custos e Despesas Operacionais recorrentes com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros (PMSO) somaram R\$4,3 milhões no 1T16, aumento de 2,4% quando comparado ao 1T15, destaque para serviços de terceiro, redução de 30,3% no trimestre.

EBITDA e Lucro Líquido

A análise dos resultados da Celesc Geração também deve ser realizada eliminando os efeitos das provisões/reversões relativas ao teste *impairment* aplicado anualmente às usinas do parque gerador próprio (Ativo Imobilizado). Nesse sentido, conforme quadro apresentado abaixo, o EBITDA Ajustado da Companhia somou R\$14,0 milhões no trimestre, queda de 51,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e Margem EBITDA de 61,7%. A queda no desempenho se deve pelos motivos já apresentados anteriormente, quais seja a redução na quantidade de energia disponível para liquidação no mercado de curto prazo (CCEE) e da queda no PLD médio verificada entre os períodos.

Celesc Geração S.A. | Conciliação do EBITDA IFRS

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Lucro/ Prejuízo Líquido	15,1	0,8	-94,6%
(+) IR e CSLL	6,0	1,0	
(+) Resultado Financeiro	(4,0)	3,3	
(+) Depreciação e Amortização	15,3	10,7	
EBITDA	32,5	15,8	-51,2%
(-) Efeitos Não-Recorrentes			
Provisão / Reversão Teste Impairment PCHs	3,6	1,9	
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	28,9	14,0	-51,8%
<i>Margem EBITDA IFRS (%)</i>	<i>95,4%</i>	<i>70,0%</i>	
<i>Margem EBITDA Ajustada (%)</i>	<i>85,0%</i>	<i>61,7%</i>	

A Celesc Geração apurou lucro de 0,8% no trimestre. A redução no desempenho no comparativo trimestre se deve aos fatos já explicados: Redução na quantidade de energia disponível e redução do PLD. Os efeitos não recorrentes (ganhos e perdas com o teste de impairment aplicado ao Ativo Imobilizado) representaram reversão de R\$1,2 milhões no lucro do 1T16. Ajustando-se o Lucro Líquido por esses efeitos (impairment), o Lucro da Celesc Geração foi negativo em R\$0,4 milhões no 1T16 (Margem Líquida Ajustada de 1,9% negativa).

Celesc Geração S.A. | Ajustes de Lucro/Prejuízo Líquido

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Lucro/Prejuízo Líquido (Reportado IFRS)	15,1	0,8	-94,6%
(-) Efeitos Não-Recorrentes			
Provisão / Reversão Teste Impairment PCHs	2,3	1,2	
(=) Lucro Líquido Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	12,8	(0,4)	-103,3%
<i>Margem Líquida IFRS (%)</i>	<i>44,4%</i>	<i>3,6%</i>	
<i>Margem Líquida Ajustada (%)</i>	<i>37,5%</i>	<i>-1,9%</i>	

Endividamento

O quadro abaixo apresenta a Dívida Total e Líquida da Celesc dívida da Celesc Geração em 31 de março de 2016:

Celesc Geração S.A. | Endividamento

Dívida Financeira 1T16	
R\$ Milhões	em 31 de Março 2016
Dívida de Curto Prazo	2,0
Dívida Longo Prazo	146,8
Dívida Financeira Total	148,7
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	139,2
Dívida Financeira Líquida	9,6
EBITDA (últimos 12 meses)	80,5
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	0,1x
EBITDA AJUSTADO (últimos 12 meses)	89,2
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	0,1x
Patrimônio Líquido	373,0
Dívida Fin. Total / Patrimônio Líquido	0,4x
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	0,0x

Conforme o quadro acima, a dívida total encerrou o primeiro trimestre somando R\$148,7 milhões, assinalando dívida líquida de R\$9,6 milhões.

Debêntures

Em 28 de janeiro de 2016, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada, por unanimidade, a realização da 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de 15.000 (quinze mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), totalizando R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderão a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros e serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 3 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e de amortização extraordinária. O valor nominal unitário das

Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado.

Os recursos da proposta de emissão de debêntures da Celesc Geração serão utilizados para pagar a segunda parcela da outorga de usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão renovada no final de 2015. A emissão contará com garantia corporativa da acionista controladora, a holding Celesc.

Ratings da Celesc Geração e da Controladora

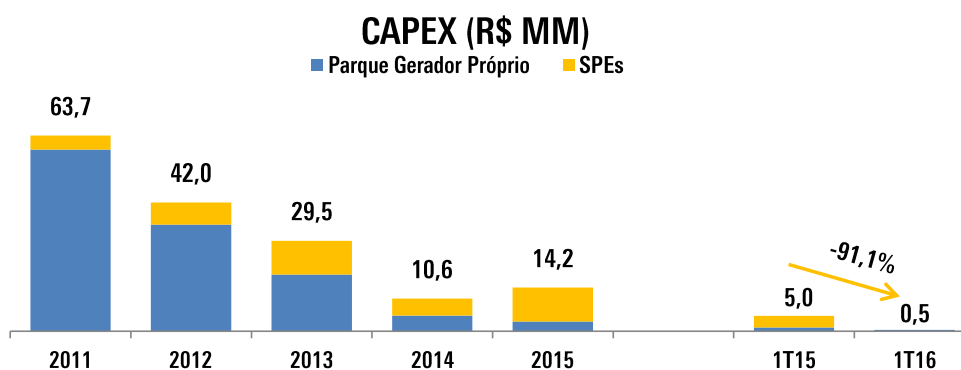
A Fitch Ratings atribuiu ratings A+ (A mais) à Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) e à sua subsidiária integral, Celesc Geração S.A. (Celesc G). Ao mesmo tempo, a agência atribuiu Rating Nacional de Longo Prazo 'A+(bra)' (A mais (bra)) à proposta de primeira emissão de debêntures da Celesc G, no montante de até BRL150 milhões e prazo de dois anos. A Perspectiva dos ratings corporativos é Estável.

Investimentos | CAPEX

No primeiro trimestre de 2016 foi investido pela Celesc Geração R\$0,5 milhões, valor 91,1% inferior do que o investido no mesmo período de 2015. A variação é explicada basicamente devido à base comparativa alta e pelo investimento de R\$3,7 milhões referente à participação da empresa na SPE Garça Branca no 1T15. Nos investimentos efetuados no 1T15 destaca-se: R\$0,2 milhões na Usina Pirai e R\$0,1 milhões na Usina Salto.

Celesc Geração S.A. | CAPEX

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Investimentos Celesc Geração	5,0	0,5	-91,1%
Investimentos em SPEs	3,9	0,0	-100,0%
Usinas Parque Gerador Próprio	1,2	0,5	-62,0%



2.2.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Geração

Portaria MME nº 218 de 15 de maio de 2015

O Ministério de Minas e Energia – MME, através da Portaria nº 218 de 15 de maio 2015 (publicada no DOU nº 92, Seção 1, pág. 62), determinou que a ANEEL promovesse Leilão para licitação das concessões de diversas Usinas Hidrelétricas – UHE, dentre as quais 05 (cinco) PCHs de propriedade 100% da Celesc Geração, para as quais os órgãos de governança da Companhia haviam deliberado pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões diante dos termos e condições estabelecidos na Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

Conforme regramento setorial estabelecido pela referida Lei, após o término da concessão, a usina será licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida através da Receita Anual de Geração – RAG. Após a publicação da Medida Provisória nº 688/2015, as condições econômicas para participação do leilão tornaram-se consideravelmente mais atrativas, na medida em que foram incluídas à Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M, a remuneração para melhorias – GAG-melhorias, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga em taxa de 9,04%. Em contrapartida foi exigido o Bônus de Outorga no valor de R\$228,0 milhões como

parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor seria aquele que ofertasse o menor custo anual de gestão dos ativos de geração, expresso em R\$/ano. Considerando esta nova condição, foi constituído Grupo de Trabalho que desenvolveu análise técnica com o objetivo de avaliar a viabilidade do negócio e apresentar as modelagens de negócio possíveis para participação no certame licitatório das usinas. Após apresentação dos trabalhos, houve endereçamento pela participação no leilão, cujo deságio teto foi decidido em Assembleia Geral de Acionistas ocorrida um dia antes do certame, ou seja, em 24 de novembro de 2015.

Como resultado do leilão, a Celesc Geração arrematou o Lote C ofertando um deságio de 5,21% do preço teto definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 (cinco) usinas, adicionado ao aporte financeiro de R\$228,0 milhões a título de Bônus de Outorga. Por fim, como resultado do leilão, a Celesc Geração assinou os Contratos de Concessão para Serviço de Geração nº 006/2016 e 007/2016 na data de 05 de janeiro de 2016, cujos extratos de referidos contratos foram publicados no Diário Oficial da União de 07 de janeiro de 2016. As usinas PCH Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto, possuem concessões anteriores ao leilão 12/15 ainda vigentes até a data de 07 de novembro de 2016, sendo que a partir desta data iniciará a execução do novo Contrato de Concessão no regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e de Energia. Segue abaixo a lista das usinas do Lote C arrematado pela Celesc Geração:

Parque Gerador Próprio | Usinas incluídas na Portaria do MME nº 218 de 15/05/2015

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2016	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	07/07/2015	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2016	6,28	5,25
Total - MW			63,20	44,60

Concessão PCH Caveiras

Em atendimento ao previsto na Lei nº 12.783/2013, a Companhia protocolou na ANEEL, no dia 08 de julho de 2013, o requerimento para conhecer as condições para prorrogação antecipada da concessão da PCH Caveiras que tem vencimento em julho de 2018. Recentemente houve a análise e aprovação do pedido pela Diretoria da ANEEL onde foi divulgada a receita anual de geração – GAG para a usina. Atualmente estão sendo realizados os estudos para análise de viabilidade da prorrogação da concessão no regime de cotas instaurado pela MP 579/12. A empresa também aguarda a convocação da ANEEL para a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Concessão PCH Pery

A Celesc Geração mantém questionamento por meio da Justiça Federal, que tem por objeto a prorrogação do prazo de concessão da Usina Pery nos moldes do art. 26, parágrafo sétimo da Lei nº 9.427/96, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL. ([Despacho nº 3.327 de 2012](#)).

Registro de CGHs

Com o propósito de alinhar os regimes de exploração de todas as usinas da Celesc Geração às melhores condições de mercado, bem como a legislação setorial, as CGHs Rio do Peixe, Pirai e São Lourenço tiveram a conclusão dos processos de conversão do regime de concessão de “serviço público” para o “registro” junto a ANEEL. A CGH Pirai teve recentemente a anuência da ANEEL para a conversão do seu regime, quando do término do prazo de concessão, em 07 de julho de 2015, sendo que o registro da usina já foi concluído junto à agência reguladora, cuja regularização no Contrato de Concessão nº 055/1999 está em fase conclusiva, tendo a Celesc Geração recebido o Sexto Termo Aditivo ao Contrato formalizando a sua extinção e o encerramento contratual, uma vez que apenas a Usina Pirai havia permanecido no Contrato nº 055/1999 após a conversão das demais UHEs e PCHs da Celesc Geração para o regime de produção independente.

Usina Ivo Silveira – Conversão do Regime para CGH

O novo regramento legal instituído pela Lei nº 13.097/15, estendeu os benefícios de enquadramento de usinas como CGH para aquelas que possuem potência instalada entre 1MW e 3MW. Como a Usina Ivo Silveira possui 2,6MW surgiu a dúvida sobre a aplicação imediata desta nova regra para as usinas que foram afetadas pela MP 579/12, como é o caso da Usina Ivo Silveira. Após atuações da Celesc junto ao MME e ANEEL objetivando alinhar o entendimento quanto ao enquadramento automático como CGH

após o término de seu prazo de concessão (07/07/2015), obtivemos retorno positivo quanto à viabilidade desta conversão, através da publicação da Resolução Autorizativa nº 5.362 em 22 de julho de 2015, extinguindo a concessão da Usina Ivo Silveira e viabilizando a solicitação de registro da usina como CGH, processo já concluído junto ao órgão regulador. Com a finalidade de legitimar a mudança do regime de concessão também já foi assinado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Concessão nº 006/2013.

Concessão PCH Celso Ramos

Com o projeto de ampliação da ordem de 7,2MW (5,4MW para 12,6MW) aprovado pelo Órgão Regulador (Despacho Aneel nº 115/2014), a Companhia encaminhou toda a documentação necessária à ANEEL, sendo que na 8ª REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA da Diretoria da ANEEL, realizada em 17 de março de 2015, obteve a autorização para o início das obras de ampliação, bem como, a prorrogação do prazo de concessão por 20 (vinte) anos, com base no disposto no § 7º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 (Resolução Autorizativa nº. 5.078). O prazo para as obras de ampliação da usina encerram-se no ano de 2021. Com a finalidade de legitimar referidas autorizações, a Celesc Geração firmou junto a ANEEL o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013.

Fator de ajuste da garantia física – GSF

A Celesc Geração entrou com uma Ação Ordinária Judicial contra a ANEEL requerendo que a mesma determine à CCEE a revisão da forma de cálculo do MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física – GSF.

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc G solicitou:

- i) que a ANEEL determine que a CCEE aloque mensalmente à autora montante de energia equivalente aos 100% da Garantia Física;
- ii) caso o item i) não seja deferido, que garanta à autora o equivalente de energia aos 95% da Garantia Física;
- iii) ou subsidiariamente, montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física.

Requeru ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, sejam antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação.

Em resumo, a Celesc Geração busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor* - GSF⁵, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos de 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se inverter, agravando-se severamente em 2014, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano. Para o ano 2015, os valores registrados foram de 80,6% em janeiro, 78,6% em fevereiro, 78,3% em março, 82,5% em abril, 81,2% em maio, 79,4% em junho, 85,6% em julho, 84,8% em agosto e 86,9% em setembro. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual fica aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e que obriga os geradores a adquirir a energia deficitária ao preço do mercado livre.

Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, deferindo o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% do total da garantia física das demandantes.

No mês de janeiro de 2016, considerando decisão judicial proferida em outro processo em que se discute o fator de ajuste GSF, a Celesc Geração foi surpreendida com um comunicado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE imputando-lhe uma obrigação de aporte financeiro da ordem de R\$ 152 milhões. Tal cobrança desconsiderou a decisão judicial proferida em favor da Celesc Geração no processo em que esta discute o Fator de Ajuste GSF, razão pela qual se diligenciou em juízo obtendo-se nova decisão judicial determinando o afastamento da cobrança tendo em vista estarem suspensas quaisquer cobranças decorrentes do Fator de Ajuste GSF, bem como o rateio do impacto de outras decisões judiciais referentes a este assunto.

⁵ É a divisão entre a energia gerada total e a soma das garantias físicas das usinas participantes do MRE. Esse fator é aplicado à garantia física de todas as usinas, resultando na chamada "garantia física ajustada".

2.3 – SCGÁS

2.3.1 – Desempenho Operacional

O volume de gás vendido pela SCGÁS no 1T16 foi de 146.440 mil m³, 5,6% inferior ao 1T15. Destaque para os segmentos industrial e residencial que, afetados pela conjuntura econômica adversa no trimestre, apresentaram redução de 7,0% e 90,1%, respectivamente, quando comparado ao mesmo período de 2015.

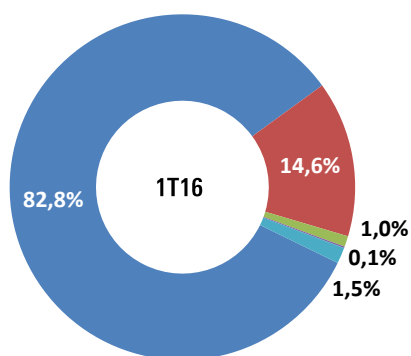
SCGÁS S.A. | Venda de Gás por Segmento

Volume (mil m ³)	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Industrial	130.347	121.200	-7,0%
Automotivo (GNV)	21.231	21.381	0,7%
Comercial	1.383	1.468	6,1%
Residencial	2.088	208	-90,1%
Gás Comprimido (GNC)	156	2.183	1298,7%
Total	155.205	146.440	-5,6%

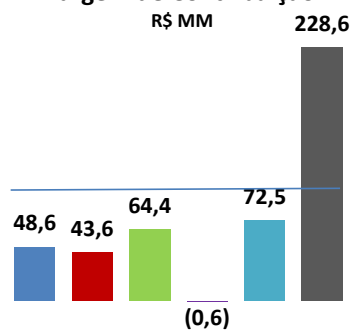
A Margem de Contribuição, ou seja, o resultado bruto das vendas da SCGÁS no acumulado no 1T16 foi de R\$228,6 milhões, sendo que o segmento *Gás Comprimido* apresentou margem negativa no período, sendo que os segmentos residencial e comercial apresentaram a maiores margens, R\$72,5 e R\$64,4 milhões respectivamente.

A seguir, no gráfico, a representação de cada segmento de consumo no volume de vendas no trimestre e respectiva participação na margem de contribuição:

Volume de Gás por Segmento



Margem de Contribuição*



* Margem de Contribuição: resultado bruto das vendas de gás. É calculada através da subtração dos custos do gás da receita líquida. Não inclui os custos operacionais da empresa.

2.3.2 – Desempenho Econômico-Financeiro
SCGÁS S.A. | Principais Indicadores Financeiros

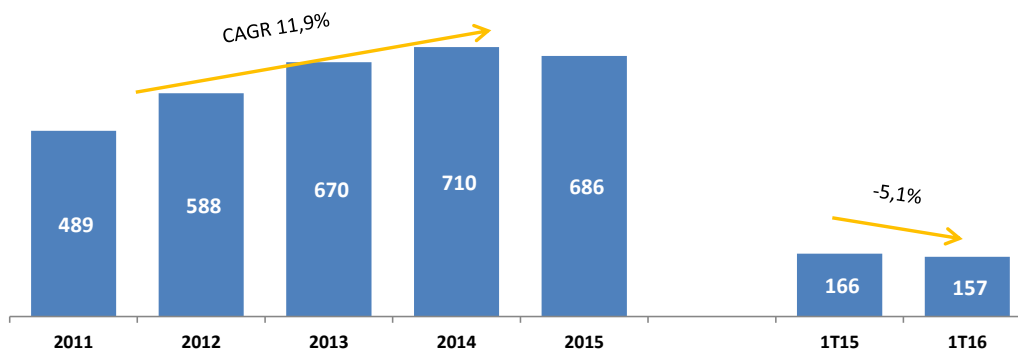
R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Receita com Fornecimento de Gás Natural	212,0	202,3	-4,6%
Receita de Construção	8,7	5,6	-36,5%
Receita Operacional Bruta	220,8	207,8	-5,9%
Deduções da Receita Operacional	(46,2)	(44,9)	
Receita Operacional Líquida	174,5	162,9	-6,7%
Custos e Despesas Operacionais	(181,6)	(98,2)	
Resultado das Atividades	(7,0)	58,7	934,3%
EBITDA	(1,0)	65,9	6760,9%
<i>Margem EBITDA Ajustada* (%)</i>	-0,6%	41,9%	
Resultado Financeiro	0,2	1,2	515,5%
IR/CSLL	0,8	(20,2)	
Lucro/ Prejuízo Líquido	(6,0)	39,7	757,7%
<i>Margem Líquida Ajustada* (%)</i>	-3,6%	25,2%	

*Margens Ajustadas, pois excluem Receita de Construção.

A Receita Operacional Bruta – ROB da SCGÁS no primeiro trimestre de 2016 foi de R\$207,8 milhões, 5,9% inferior ao registrado no 1T15. A Receita Operacional Líquida – ROL da SCGÁS no primeiro trimestre de 2016 foi de R\$162,9 milhões, queda de 6,7% em relação ao 1T15. Sem os efeitos da Receita de Construção, a ROL da distribuidora de gás natural soma R\$157,3 milhões no 1T16, o que representa uma queda de 5,1% no comparativo com o mesmo período de 2015.

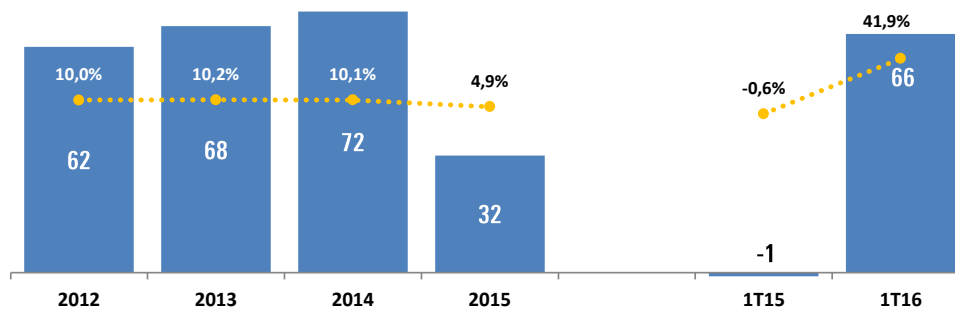
Receita Operacional Líquida SCGÁS (R\$ MM)

EXCLUI RECEITA DE CONSTRUÇÃO



A queda da receita operacional líquida é reflexo da conjuntura econômica desfavorável. Contudo, o EBITDA teve alta, somando R\$65,9 milhões no primeiro trimestre de 2016, esse aumento decorre, principalmente, pela de queda de 45,9% (-R\$83,3 milhões) nas despesas operacionais.

EBITDA (R\$ MM) e Margem EBITDA (%)



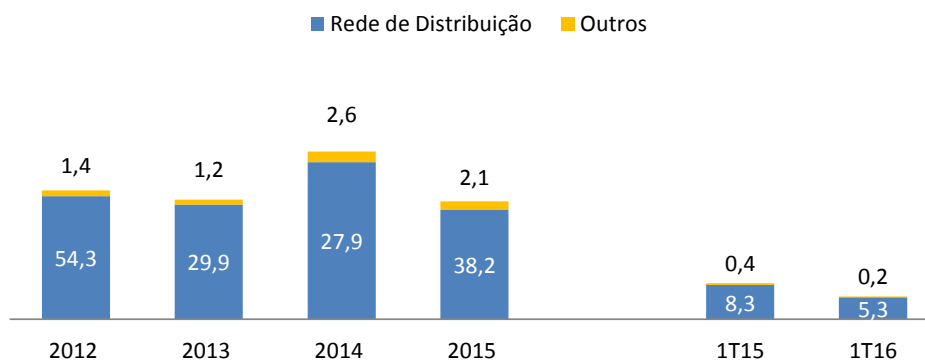
Investimentos

Os Investimentos realizados no 1T16 somaram R\$5,6 milhões, 36,7% abaixo do registrado no 1T15. Na expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural foram investidos R\$4,0 milhões, 44,7% abaixo do mesmo período do ano anterior.

SCGÁS S.A. | CAPEX

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Rede de Distribuição	8,3	5,3	-36,1%
Expansão	7,2	4,0	-44,7%
Gastos Adm.Obras Diretos	1,1	1,2	9,0%
Estudos e Projetos	0,1	0,1	174,6%
Outros	0,4	0,2	-46,6%
Total	8,8	5,6	-36,7%

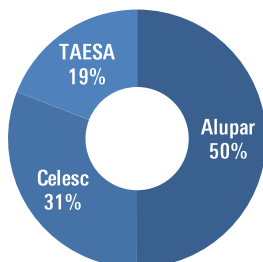
CAPEX SCGÁS (R\$ MM)



2.4 – Demais Participações (dados financeiros equivalentes a 100% do resultado de cada participada)

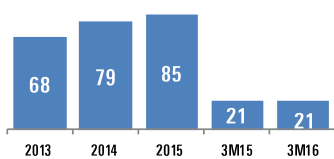


Ativo	Pat. Liq.	Dív. Liq.
•R\$ 456,7 MM	•R\$ 160,8 MM	•R\$ 212,5 MM

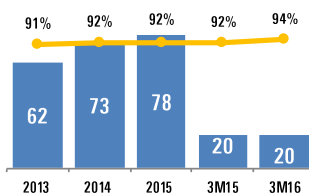


Constituída em 2000, detém 30 anos de concessão para explorar a Linha de Transmissão SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5km de extensão. O contrato prevê redução em 50% na RAP a partir de Novembro de 2017. Criou a subsidiária integral ETSE para gerir novas linhas de transmissão, com concessão de 30 anos (leilão conquistado em Dez/2011).

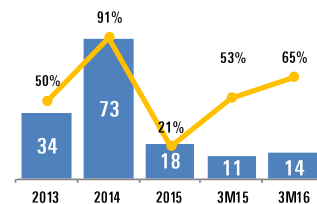
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)
Exclui Receita de Construção



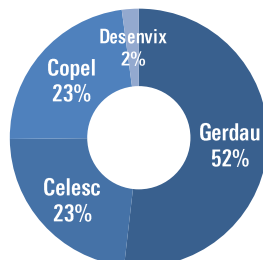
EBITDA (R\$ MM) e Marg EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ MM) e Marg Líq (%)

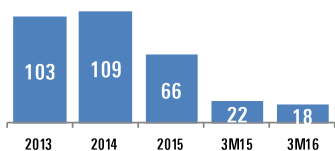


Ativo	Pat. Liq.	Dív. Liq.
•R\$ 159,7 MM	•R\$ 151,5 MM	•R\$ 0 MM • *caixa líquido

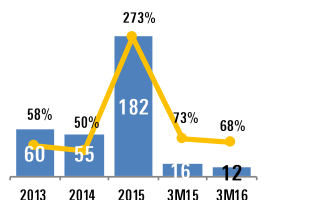


Produtora independente de energia elétrica, constituída em 1998, detém concessão de 35 anos da Usina Hidrelétrica Dona Francisca. Está localizada no Rio Jacuí (RS) com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80 MW.

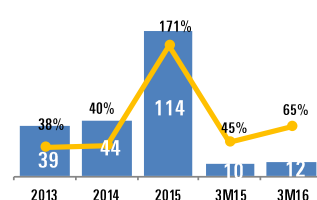
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)



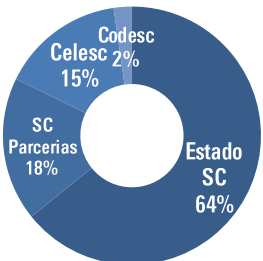
EBITDA (R\$ MM) e Marg EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ MM) e Marg Líq (%)

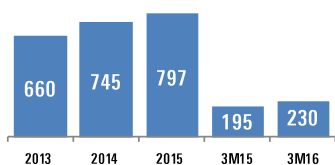


Ativo	Pat. Liq.	Dív Liq.
•R\$ 2.682 MM	•R\$ 1.274 MM	•R\$ 812 MM

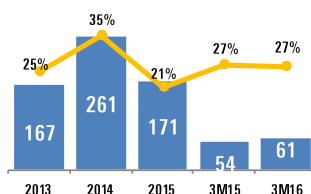


Opera serviços de água e esgoto para uma população de 2,5 milhões de habitantes mediante contratos de concessão firmados com 201 municípios no Estado de Santa Catarina e 01 município no Estado do Paraná. A orientação estratégica contida no Plano Diretor da Celesc prevê a alienação dessa participação acionária.

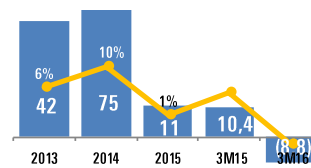
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)



EBITDA (R\$ MM) e Marg EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ MM) e Marg Líq (%)



3 – Holding

3.1 – Resultado das Participações Societárias na Controladora

Os resultados de cada uma das participações detidas pela controladora Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC estão apresentados no quadro abaixo:

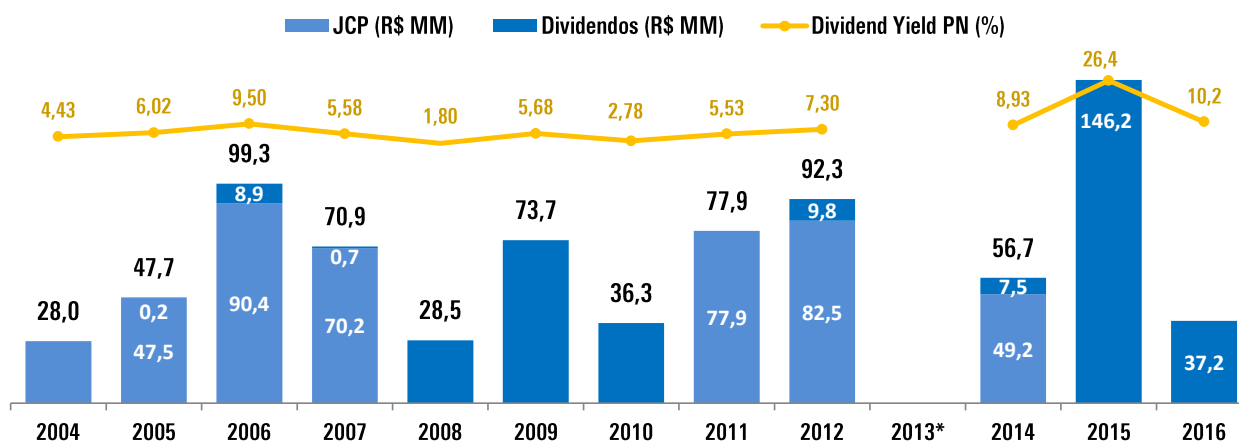
Controladora | Resultado das Participações Societárias

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Celesc Distribuição (100%)	43,2	16,6	-61,5%
Celesc Geração (100%)	15,1	0,8	-94,6%
SCGÁS (17%)	(1,0)	6,7	757,7%
ECTE (30,9%)	3,5	4,2	20,1%
DFESA (23%)	2,2	2,7	19,5%
Resultado da Equivalência Patrimonial	63,0	31,0	-50,7%

3.2 – Dividendos

Na AGOE de 29/04/2016 foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$37,2 milhões referente ao exercício social de 2015. Os dividendos são de R\$0,91109919 por ação ordinária (CLSC3) e de R\$1,00220911 por ação preferencial (CLSC4). O pagamento será realizado em duas parcelas: a primeira até 30 de junho de 2016 (50%) e a segunda até 30 de dezembro de 2016 (50%).

Desde 2007, a companhia pratica um *pay-out* (percentual de distribuição de lucro líquido) igual a 30%, cinco pontos percentuais (5 p.p.) acima do mínimo obrigatório e estatutário. O gráfico abaixo apresenta o histórico de proventos, bem como o *dividend-yield* (retorno do dividendo) propiciado aos detentores de ações preferenciais CLSC4 da Companhia.



4 – Resultado Consolidado
4.1 – Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado
Consolidado | Principais Indicadores Financeiros

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Receita Operacional Bruta	2.775,1	2.974,6	7,2%
Deduções da Receita Operacional	(960,4)	(1.331,2)	38,6%
Receita Operacional Líquida	1.814,7	1.643,4	-9,4%
Custos e Despesas Operacionais	(1.777,9)	(1.600,0)	-10,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial	4,3	13,6	219,1%
Resultado das Atividades	41,1	57,0	38,8%
EBITDA	98,8	118,1	19,6%
<i>Margem EBITDA IFRS, ex-Receita de Construção (%)</i>	5,7%	7,6%	
Resultado Financeiro	32,0	(20,4)	-163,7%
LAIR	73,1	36,6	-49,9%
IR/CSLL	(17,3)	(10,6)	-38,6%
Lucro/ Prejuízo Líquido	55,8	26,0	-53,5%
<i>Margem Líquida IFRS, ex-Receita de Construção (%)</i>	3,2%	1,7%	
Depreciação/Amortização	(57,7)	(61,1)	5,9%
Receita de Construção	87,0	84,3	-3,1%

O resultado trimestral da Celesc indicou redução de 9,4% na Receita Operacional Líquida no comparativo com 1T15, totalizando R\$1.643,4. Dentre os fatores que contribuíram para diminuição da ROL destaca-se o grupo deduções da receita operacional, que expandiu 38,6%, somando R\$1.331,2 (+R\$370,8 milhões). Na Celesc Distribuição foi registrado acréscimo de R\$147,8 milhões a títulos de bandeira tarifárias, sendo creditado na rubrica fornecimento de energia (Receita Bruta) e debitado na rubrica outros encargos, ocasionando efeito negativo na contabilização da ROL.

O EBITDA apresentou evolução de 19,6%, totalizando R\$118,1 milhões (+R\$19,3 milhões), influenciado pelo aumento de 38,8% nas receitas com serviço (+R\$15,9 milhões) e pela redução de 10,0% nos custos e despesas operacionais.

Ajustando o resultado consolidado pelos efeitos de itens Não-Recorrentes, a Companhia registrou lucro de R\$24,7 milhões no 1T16, redução de 26,5% em relação ao Lucro Líquido Ajustado do 1T15. O EBITDA ajustado cresceu 78,2% (+R\$51,0 milhões) superior ao registrado no 1T15, somando R\$116,2 milhões. A Margem EBITDA Ajustada foi positiva em 7,5% no trimestre.

Consolidado | Resultado Ajustado*

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
EBITDA Ajustado*	65,2	116,2	78,2%
<i>Margem EBITDA Ajustada, ex-Receita de Construção (%)</i>	3,8%	7,5%	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado*	33,6	24,7	-26,5%
<i>Margem Líquida Ajustada, ex-Receita de Construção (%)</i>	1,9%	1,6%	

* IFRS + Ativos e Passivos Regulatórios - Itens Não-Recorrentes.

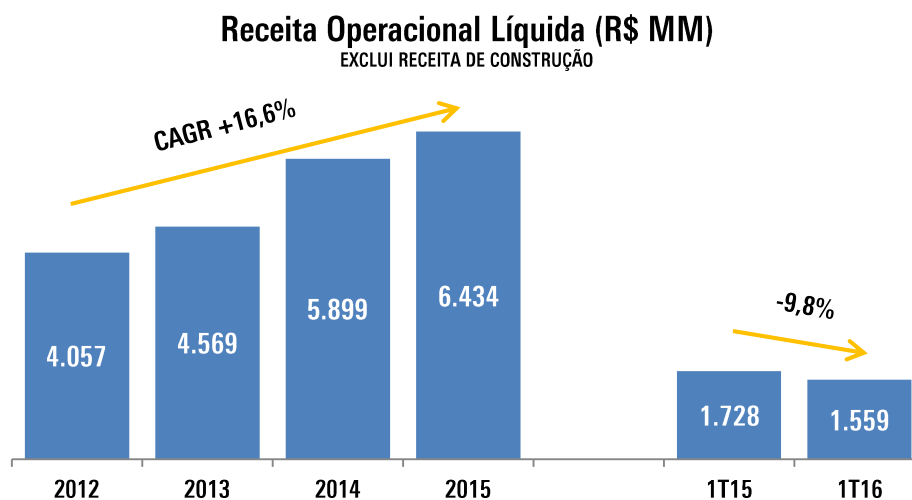
Receita Operacional Bruta – ROB

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Composição da Receita Bruta por Segmento	2.775,1	2.974,6	7,2%
Celesc Distribuição	2.738,3	2.949,9	7,7%
Celesc Geração	37,3	25,3	-32,2%
Eliminações da Consolidação	(0,5)	(0,6)	13,7%

A Receita Operacional Bruta Consolidada é composta majoritariamente pela receita advinda da atividade de distribuição de energia elétrica, sendo que no 1T16 a Celesc Distribuição S.A. respondeu por 98,5% da receita do Grupo Celesc. A ROB somou R\$2.974,6 milhões no trimestre, aumento de 7,2% (+R\$199,5 milhões) se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Receita Operacional Líquida Consolidada

Apresentamos na sequência a evolução nos últimos quatro anos da ROL, sem os efeitos da receita de construção (que foi de R\$84,3 milhões no 1T16). Destaca-se a relevante média anual de crescimento de 16,6%, sendo que no 1T16 houve redução de 9,8% quando comparada ao mesmo período do ano anterior.



Custos e Despesas Operacionais
Consolidado | Custos e Despesas Operacionais

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.777,9)	(1.600,0)	-10,0%
Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis	(1.437,5)	(1.239,0)	-13,8%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.437,5)	(1.239,0)	-13,8%
PMSO - Despesas Operacionais Gerenciáveis	(226,5)	(207,2)	-8,5%
Pessoal e Administradores	(159,4)	(147,1)	-7,8%
Material	(4,3)	(4,7)	10,0%
Serviços de Terceiros	(57,7)	(43,4)	-24,8%
Outras Receitas / Despesas	(5,1)	(12,1)	134,9%
Provisões, líquidas	30,7	(8,5)	-127,5%
Depreciação / Amortização	(57,7)	(61,1)	5,9%
Custo de Construção	(87,0)	(84,3)	-3,1%

* A partir do Release 4T14, passamos a excluir a rubrica "Provisões, líquidas" do somatório PMSO apresentado na tabela acima.

Os custos e despesas operacionais totais da Celesc somaram R\$1.600,0 milhões, redução de 10,0% (R\$177,9 milhões) quando comparado ao 1T15. Essa redução decorreu, principalmente, pela redução de 13,8% (R\$198,5 milhões) nos custos com energia de 8,5% (R\$19,3 milhões) e nas despesas operacionais gerenciáveis.

A retração nas despesas operacionais ocorreu devido à redução de 7,8% (R\$12,4 milhões) nas despesas com Pessoal (reclassificação da reserva matemática que reduziu a despesa atuarial do período) e 24,8% (R\$14,3 milhões) nas despesas com serviços de terceiro.

A tabela a seguir apresenta a despesa total com Pessoal em termos consolidados, sendo que no primeiro trimestre de 2016 houve retração de 7,8%, conforme fatores comentados anteriormente na subsidiária de distribuição.

Consolidado | Despesas com Pessoal

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Pessoal - Total	(159,4)	(147,1)	-7,8%
Pessoal e Administradores	(133,0)	(136,5)	2,6%
Pessoal e Encargos	(126,4)	(129,5)	2,5%
Previdência Privada	(6,6)	(6,9)	4,8%
Despesa Atuarial	(26,4)	(10,6)	-59,9%

Resultado de Equivalência Patrimonial

As participações na Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e na Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE deixaram de ser consolidadas proporcionalmente a partir do 1T13, passando a ser contabilizadas pelo método da Equivalência Patrimonial, conforme preconiza os CPCs 18 e 19. O quadro abaixo apresenta o reflexo no Resultado Consolidado do Grupo Celesc referente aos resultados da SCGÁS, ECTE, Dona Francisca Energética - DFESA e das SPEs onde a Celesc Geração detém participação minoritária.

Consolidado | Equivalência Patrimonial

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
SCGÁS (17%)	(1,0)	6,7	-757,7%
ECTE (30,9%)	3,5	4,2	19,9%
DFESA (23%)	2,2	2,7	19,3%
SPEs - Celesc Geração	(0,4)	0,0	107,8%
Resultado da Equivalência Patrimonial	4,3	13,6	219,6%

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA (IFRS) Consolidado totalizou R\$118,1 milhões no 1T16 (margem EBITDA de 7,6%), refletindo o reconhecimento de ativos regulatórios e efeitos não-recorrentes na distribuidora do Grupo.

O EBITDA Ajustado do 1T16 foi de R\$116,2 milhões, variação positiva de 78,2% em relação ao EBITDA Ajustado do 1T15, o que resultou na Margem EBITDA Ajustada de 7,5%. O aumento do EBITDA AJUSTADO decorreu basicamente pela queda dos custos e despesas operacionais na Celesc Distribuição.

A tabela abaixo apresenta a conciliação do EBITDA apurado (ICVM n° 527/12) e o EBITDA Ajustado⁶, que considera os fatores não recorrentes que influenciaram o resultado da Companhia.

No 1T15,

- v. **na subsidiária Celesc Distribuição:** a reversão não-recorrente de provisão trabalhista da ordem de R\$ 30,0 milhões, reduzindo as despesas operacionais do período.
- vi. **na subsidiária Celesc Geração:** o efeito líquido de provisão/reversão de provisão para perdas do Ativo Imobilizado (Impairment Test) de seu parque gerador próprio no montante de R\$3,6 milhões.

No 1T16,

- i. **na subsidiária Celesc Distribuição:** Não houve efeitos não recorrentes no trimestre.
- ii. **na subsidiária Celesc Geração:** o efeito líquido de provisão/reversão de provisão para perdas do Ativo Imobilizado (Impairment Test) de seu parque gerador próprio no montante de R\$1,9 milhões.

EBITDA Consolidado IFRS + Ativos/Passivos Regulatórios - Não-Recorrentes

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Lucro/ Prejuízo Líquido	55,8	26,0	-53,5%
(+) IR e CSLL	(17,3)	(10,6)	
(+) Resultado Financeiro	32,0	(20,4)	
(+) Depreciação e Amortização	(57,7)	(61,1)	
EBITDA	98,8	118,1	19,6%
(+) Celesc Distribuição Efeitos de Ativos e Passivos Regulatórios	0,0		
(=) EBITDA Ajustado por Ativos/Passivos Regulatórios	98,8	118,1	19,6%
(-) Celesc Distribuição Efeitos Não-Recorrentes	(30,0)	0,0	
(-) Celesc Geração Teste Impairment PCHs	(3,6)	1,9	
(=) EBITDA Ajustado Ativos/Passivos Reg. - Efeitos Não-Recorrentes	65,2	116,2	78,2%
<i>Margem EBITDA IFRS, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>5,4%</i>	<i>7,6%</i>	
<i>Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>3,8%</i>	<i>7,5%</i>	

⁶ Maior detalhamento dos ajustes nas seções das respectivas subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração.

Resultado Financeiro

A Celesc apresentou resultado financeiro líquido consolidado no primeiro trimestre de 2016 de R\$20,4 milhões negativo, valor 163,9% inferior ao registrado no 1T15. Essa retração ocorreu devido o resultado negativo de R\$17,8 milhões na Celesc Distribuição.

As Receitas Financeiras somaram R\$79,8 milhões, queda de 15,3% em relação aos R\$94,2 milhões registrados no 1T15. As Despesas Financeiras foram de R\$100,2 milhões no trimestre, alta de 61,1% em relação ao período comparativo. Os principais fatores de influência coincidem com aqueles elencados na seção da subsidiária de distribuição e na Celesc Geração.

Consolidado | Demonstrativo do Resultado Financeiro

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Receitas Financeiras	94,2	79,8	-15,3%
Renda de Aplicações Financeiras	8,9	23,6	165,1%
Variações Monetárias	2,3	19,6	749,1%
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Faturas	15,2	25,8	70,4%
Incentivo Financeiro Fundo Social	4,4	0,0	-100,0%
Atualização Monetária sobre Ativo Regulatório	21,4	4,5	-79,2%
Receita Financeira - VNR	40,1	5,1	-87,3%
Outras Receitas Financeiras	1,9	1,2	-37,8%
Despesas Financeiras	(62,2)	(100,2)	61,1%
Encargos de Dívidas	(21,4)	(42,5)	98,8%
Variações Monetárias	(22,6)	(11,9)	-47,4%
Atualização P&D e Eficiência Energética	(5,9)	(7,1)	20,4%
Juros sobre Debêntures	(9,5)	(22,2)	132,7%
Despesa Financeira - VNR		(9,7)	
Outras Despesas Financeiras	(2,8)	(6,8)	148,2%
Resultado Financeiro Líquido	32,0	(20,4)	-163,9%

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado Consolidados

A Celesc registrou Lucro Líquido Consolidado (IFRS) de R\$26,0 milhões no 1T16, o que representa uma Margem Líquida de 1,7%. O Lucro Líquido Ajustado soma R\$24,7 milhões no 1T16, 26,5% inferior ao resultado ajustado do 1T15. Os mesmos ajustes aplicáveis ao EBITDA, agora com os devidos efeitos tributários, são realizados no resultado consolidado do período e estão apresentados abaixo:

LUCRO LÍQUIDO Consolidado IFRS + Ativos/Passivos Regulatórios - Não-Recorrentes

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Lucro/Prejuízo Líquido - Reportado IFRS	55,8	26,0	-53,5%
(+) Celesc Distribuição Efeitos de Ativos e Passivos Regulatórios	0,0		
(=) Lucro/Prejuízo Ajustado por Ativos/Passivos Regulatórios	55,8	26,0	-53,5%
(-) Celesc Distribuição Efeitos Não-Recorrentes	(19,8)	0,0	
(-) Celesc Geração Teste Impairment PCHs	(2,3)	1,2	
(=) Lucro Líquido Ajustado Ativos/Passivos Reg. - Efeitos Não-Recorrentes	33,6	24,7	-26,5%
<i>Margem Líquida sem Ajustes (IFRS)</i>	<i>3,1%</i>	<i>1,7%</i>	
<i>Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>1,9%</i>	<i>1,6%</i>	

Endividamento

O Grupo Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2016 com Dívida Bruta Consolidada de R\$1.241,9 milhões, o equivalente a 0,6x seu Patrimônio Líquido. As disponibilidades somavam R\$1.075,6 milhões em 31 de março de 2016, resultando em uma Dívida Financeira Líquida da ordem de R\$166,3 milhões, redução de 24,7% em relação aos R\$220,9 milhões apurados no fechamento de 2015. A Companhia encerrou o trimestre com sua dívida financeira representando 0,4x do EBITDA dos últimos 12 meses e 0,1x seu Patrimônio Líquido conforme a tabela a seguir:

Consolidado Endividamento			
Dívida Financeira 1T16			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2015	em 31 de Março de 2016	Δ
Dívida de Curto Prazo	518,8	521,6	0,6%
Dívida Longo Prazo	624,2	720,2	15,4%
Dívida Financeira Total	1.142,9	1.241,9	8,7%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	922,0	1.075,6	16,6%
Dívida Financeira Líquida	220,9	166,3	-24,7%
EBITDA (últimos 12 meses)	1.003,2	374,2	-62,7%
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	0,2x	0,4x	
EBITDA AJUSTADO (últimos 12 meses)	541,5	429,5	-20,7%
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	0,4x	0,4x	
Patrimônio Líquido	2.399,2	2.250,7	-6,2%
Dívida Fin. Total / Patrimônio Líquido	0,5x	0,6x	
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	0,1x	0,1x	

Consolidado Endividamento + Benefício Pós-Emprego			
Dívida Financeira + Benefícios Pós-Emprego 1T16			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2015	em 31 de Março de 2016	Δ
Dívida de Curto Prazo	518,8	521,6	0,6%
Dívida Longo Prazo	624,2	720,2	15,4%
Dívida Financeira Total	1.142,9	1.241,9	8,7%
(+) Benefícios Pós-Emprego	1.178,7	1.093,9	-7,2%
Obrigações com Pensão	789,4	787,6	-0,2%
Outros benefícios a empregados	619,9	605,3	-2,4%
(-) IR/CSLL diferidos ¹	230,5	299,0	29,7%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	922,0	1.075,6	16,6%
Dívida Líquida Ajustada	1.399,6	1.260,1	-10,0%
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA 12M	1,4x	3,4x	
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA Ajust. 12M	2,6x	2,9x	
Dívida Total Ajust. / Patrimônio Líquido	1,0x	1,0x	
Dívida Líquida Ajust. / Patrimônio Líquido	0,6x	0,6x	

Ratings da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC

Moody's também atribuiu ratings de emissor B1 em escala global e Baa1.br em escala nacional à controladora do Grupo Celesc.

Investimentos do Grupo

No primeiro trimestre de 2016, o volume de investimentos do Grupo Celesc foi de R\$94,9 milhões, 0,4% superior aos investimentos realizados no 1T15. A subsidiária de distribuição foi responsável pela maior parcela dos investimentos realizados no trimestre (R\$94,5 milhões) o que representa 99,5% do CAPEX total realizado pela Companhia no período. A tabela abaixo apresenta os valores investidos nos períodos 1T16 com o comparativo do mesmo período de 2015:

Grupo Celesc | Investimentos Realizados no Período

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2015	2016	Δ
Geração de Energia Elétrica	5,0	0,5	-91,1%
Distribuição de Energia Elétrica	89,5	94,5	5,6%
Total	94,5	94,9	0,4%

5 - Desempenho no Mercado de Capitais

As ações da Celesc são negociadas na BM&FBOVESPA sob os códigos CLSC3 (ações ordinárias – ON) e CLSC4 (ações preferenciais – PN). Desde que adentrou ao Nível 2 de Governança Corporativa, a companhia passou a integrar o IGC e o ITAG, índices compostos por empresas que oferecem transparência e proteção aos acionistas minoritários. A Companhia possui uma pequena parcela de ADRs Nível I negociadas no mercado de balcão norte-americano (OTC), sob o código CEDWY.

O principal índice da Bolsa de Valores brasileira, o Ibovespa, apresentou retorno positivo de 15,47% no trimestre e variação negativa de 2,14 nos últimos doze meses. O Índice de Energia Elétrica - IEE, que mede o comportamento das principais ações do setor elétrico apresentou valorização de 12,32% no trimestre e valorização de 1,29% nos últimos doze meses.

Diante desse cenário, as Ações Preferenciais – PN da Companhia apresentaram desempenho positivo com valorização de 28,13% no trimestre, revertendo à tendência negativa dos últimos três trimestres.

A AGOE de 29 de abril de 2016 aprovou a distribuição de R\$37,2 milhões em proventos relativos ao exercício de 2015.

Acompanhamento CLSC4	1T15	2T15	3T15	4T15	1T16
Cotação de fechamento ajustado a proventos (R\$/ação)	15,39	14,47	11,65	9,99	12,80
Preço / Lucro	1,4x	0,9x	0,9x	2,9x	4,9x
Preço / Valor Patrimonial	0,3x	0,2x	0,2x	0,2x	0,2x
Volume médio negociado (Mil ações)	21	61	25	18	21
Volume médio negociado (R\$ Mil)	307	1073	323	212	223
Valor de Mercado (R\$ Milhões)	732,1	558,1	812	696	494
Valor de Mercado (US\$ Milhões)	228,2	179,9	210,5	177,8	138,7
Rentabilidade (%)	27,38	-5,97	-19,49	-14,25	28,13
Rentabilidade nos últimos 12 meses (%)	16,52	14,84	-2,92	-32,95	-16,83
Rentabilidade Ibovespa (%)	2,29	3,77	-15,11	-3,8	15,47
Rentabilidade Ibovespa últimos 12 meses (%)	1,46	-0,17	-16,73	-13,31	-2,14
Rentabilidade IEE (%)	1,26	9,99	-14,8	-3,77	12,32
Rentabilidade IEE últimos 12 meses (%)	10,73	7,54	-6,6	-8,68	1,29

Fonte: Economática

ANEXOS

CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em R\$ Mil

Ativo	31/03/2015	31/03/2016	Passivo e patrimônio líquido	31/03/2015	31/03/2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	397.651	1.075.563	Fornecedores	767.563	630.152
Ativo indenizatório - concessão	2.982.668		Empréstimos	321.836	205.132
Contas a receber	1.244.492	1.548.753	Debêntures	13.644	316.513
Estoques	6.854	6.803	Salários e Encargos Sociais	117.517	128.356
Tributos a recuperar ou compensar	80.835	131.956	Tributos e contribuições sociais	225.822	307.639
Dividendos	14.212	251	Dividendos Propostos	122.204	31.499
Ativo financeiro - "Parcela A" - CVA	601.531	90.553	Taxas Regulamentares	259.693	1.637.151
Outros Créditos	340.886	941.549	Partes Relacionadas	10.338	10.445
			Obrigações com benefícios a empregados	172.812	173.332
			Outros Passivos	185.572	137.128
	5.669.129	3.795.428		2.197.001	3.577.347
Não circulante			Não circulante		
Contas a receber	6.376	18.570	Empréstimos	250.529	274.229
Partes relacionadas	4.750	13.140	Debêntures	298.859	445.976
Aplicações Financeiras	137.478	137.478	Taxas Regulamentares	201.792	276.028
Ativo indenizatório - concessão	-	292.494	Tributos diferidos	14.824	
Tributos a recuperar ou compensar	22.413	18.685	Obrigações com benefício a empregados	1.009.428	1.219.576
Tributos diferidos	168.145	301.177	Provisão para Contingências	266.213	303.916
Depósitos Judiciais	150.183	162.960	Outros Passivos	2.476	7.107
Outros Créditos	2.521	1.393			
Investimentos	195.098	214.862		2.044.121	2.526.832
Intangível	61.975	3.220.580		4.241.122	6.104.179
Imobilizado	222.284	167.688			
Ativo Financeiro - "Parcela A" - CVA	-	10.407	Patrimônio líquido		
	971.223	4.559.434	Capital	1.017.700	1.340.000
			Reservas de capital	316	316
			Lucros/Prejuízos Acumulados	58.395	32.362
			Outras reservas	1.345.941	1.128.157
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	(23.122)	(250.152)
				2.399.230	2.250.683
Total do ativo	6.640.352	8.354.862	Total do passivo e patrimônio líquido	6.640.352	8.354.862

CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - CONSOLIDADO

	1T15	1T16	Var %
Receita Operacional Bruta	2.775.099	2.974.574	7,2%
Fornecimento de Energia Elétrica	2.198.519	2.557.715	16,3%
Suprimento de Energia Elétrica	68.914	67.624	-1,9%
Ativo Regulatório	127.179	(191.309)	-250,4%
Energia de Curto Prazo	103.326	165.933	60,6%
Disponibilização de Rede Elétrica	71.333	132.016	85,1%
Doações e Subvenções	116.547	155.897	33,8%
Renda de Prestação de Serviços	341	251	-26,4%
Serviço Taxado	1.968	2.165	10,0%
Outras Receitas			
Receita de Construção	86.972	84.282	-3,1%
Deduções da Receita Operacional	(960.352)	(1.331.201)	38,6%
ICMS	(483.429)	(578.520)	19,7%
PIS/COFINS	(267.407)	(252.925)	-5,4%
RGR	(220)	(151)	-31,4%
CDE	(159.363)	(346.618)	117,5%
P&D	(7.882)	(7.760)	-1,5%
PEE	(7.882)	(7.685)	-2,5%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(2.088)	(1.591)	-23,8%
Outros Encargos	(32.081)	(135.951)	323,8%
Receita Operacional Líquida	1.814.747	1.643.373	-9,4%
Custos e Despesas Operacionais	(1.777.949)	(1.600.021)	-10,0%
Energia comprada p/ revenda e encargos	(1.437.476)	(1.238.977)	-13,8%
Pessoal, Administradores	(132.989)	(136.453)	2,6%
Despesa Atuarial	(26.448)	(10.601)	-59,9%
Material	(4.257)	(4.682)	10,0%
Serviço de Terceiros	(57.658)	(43.376)	-24,8%
Depreciação / Amortização	(57.710)	(61.103)	5,9%
Provisão de PCLD	(6.404)	(10.466)	63,4%
Reversão de Provisão de PCLD	3.254	2.214	-32,0%
Provisão de Outros	(5.503)	(8.831)	60,5%
Reversão de Provisão de Outros	39.363	8.630	-78,1%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	-	-	
Outras Receitas / Despesas	(5.149)	(12.094)	134,9%
Custo de Construção	(86.972)	(84.282)	-3,1%
Resultado Equivalência Patrimonial	4.274	13.640	219,1%
Resultado das atividades - EBIT	41.072	56.992	38,8%
Margem das atividades (%)	2,3%	3,5%	
EBITDA (R\$ mil)	98.782	118.095	19,6%
Margem EBITDA (%)	5,4%	7,2%	
Resultado Financeiro	32.017	(20.401)	-163,7%
Receita Financeira	94.225	79.820	-15,3%
Despesa Financeira	(62.208)	(100.221)	61,1%
LAIR	73.089	36.591	-49,9%
IR e CSLL	(55.996)	(97.861)	74,8%
IR e CSLL Diferido	38.664	87.224	125,6%
Lucro Líquido	55.757	25.954	-53,5%
Margem Líquida (%)	3,1%	1,6%	

CELESC - Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado		
	Em R\$ Mil	
R\$ Mil	12M15	3M16
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	174.050	36.591
Ajustes	305.688	142.505
Depreciação e Amortização	261.055	61.102
Baixa de Ativo Indenizatório	40.610	688
Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	171	11.147
Resultado da Equivalência Patrimonial	(32.522)	(13.640)
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(186.833)	(5.105)
Reversão de provisão para perdas no imobilizado em controladas	(11.079)	(1.887)
Impairment Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Juros e Variações Monetárias	204.308	69.199
Outros Ajustes de Investimentos	(194)	59
Provisão para Passivo Atuarial	26.457	10.601
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(19.434)	8.252
Contingências	5.310	2.089
Provisão/Reversão para perdas de ativos	17.839	-
Juros e Variações Monetárias Ativos	-	-
Variações nos Ativos e Passivos	420.813	30.715
Contas a Receber	(448.287)	(84.773)
Estoques	674	1.233
Tributos a recuperar	(101.290)	23.257
Outros Ativos	(463.276)	(164.455)
Ativos Regulatórios	(458.884)	(61.558)
Depósitos Judiciais	(16.188)	(2.087)
Fornecedores	42.978	(102.169)
Salários e Encargos Sociais	10.763	(2.778)
Tributos a Pagar	203.110	(23.745)
Taxas Regulamentares	1.376.117	241.427
Passivos Regulatórios	449.645	177.397
Outros Passivos	19.288	79.081
Passivo Atuarial	(193.837)	(50.115)
Caixa Proveniente das Operações	900.551	209.811
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(145.373)	(36.177)
Juros Pagos	(125.638)	(28.643)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	629.540	144.991
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(301.546)	(75.676)
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(339.808)	(76.107)
Aumento de capital	(10.766)	-
Dividendos Recebidos	41.228	431
Redução Investimentos	7.800	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	129.818	84.201
Partes Relacionadas	-	-
Amortização de Empréstimos	(421.351)	(66.290)
Ingressos de Empréstimos	406.176	3.739
Ingressos de debêntures	291.000	146.752
Dividendos Pagos	(146.007)	-
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	457.812	153.516
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	449.789	922.047
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	907.601	1.075.563

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ Mil

Ativo	31/03/2015	31/03/2016	Passivo e patrimônio líquido	31/03/2015	31/03/2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	352.716	915.349	Fornecedores	767.310	621.048
Contas a receber	1.229.311	1.503.223	Empréstimos	321.836	205.132
Ativo indenizatório - concessão	2.982.668		Debêntures	13.644	314.533
Estoques	6.710	6.626	Salários e Encargos Sociais	116.891	127.590
Tributos a recuperar ou compensar	75.306	127.878	Tributos e contribuições sociais	215.688	303.485
Subsídio Dec. nº 7.891/13	252.543	811.807	Dividendos Propostos	91.109	19.320
Ativo financeiro - "Parcela A" - CVA	462.500	90.553	Taxas Regulamentares	257.327	1.635.020
Outros Créditos	90.676	131.403	Partes relacionadas	10.338	10.445
			Obrigações com benefícios a empregados	172.791	173.306
			Outros Passivos	41.569	54.229
	5.452.430	3.586.839		2.008.503	3.464.108
Não circulante			Não circulante		
Contas a receber	6.376	18.570	Empréstimos	250.529	274.229
Ativo indenizatório - concessão	-	292.494	Debêntures	298.859	299.224
Tributos a recuperar ou compensar	22.211	18.483	Tributos e contribuições diferidos		
Tributos diferidos	168.145	300.337	Taxas Regulamentares	199.714	274.198
Depósitos Judiciais	133.583	145.971	Partes Relacionadas		-
Ativo financeiro - "Parcela A" - CVA		10.407	Obrigações com benefício a empregados	1.009.428	1.219.576
Outros Créditos	2.521	1.393	Provisão para Contingências	255.795	296.551
Intangível	44.821	2.978.169	Passivo financeiro - "Parcela A" - CVA		
			Outros Passivos	112.719	7.107
	377.657	3.765.824		2.127.044	2.370.885
				4.135.547	5.834.993
			Patrimônio líquido		
			Capital	1.053.590	1.053.590
			Lucros/Prejuízos Acumulados	43.176	16.619
			Outras reservas	691.234	735.038
			Ajuste de avaliação patrimonial	(93.460)	(287.577)
				1.694.540	1.517.670
Total do ativo	5.830.087	7.352.663	Total do passivo e patrimônio líquido	5.830.087	7.352.663

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	1T15	1T16	Var %
Receita Operacional Bruta	2.738.338	2.949.895	7,7%
Fornecimento de Energia Elétrica	2.181.299	2.549.374	16,9%
Suprimento de Energia Elétrica	48.824	50.703	3,8%
Ativo Regulatório	127.179	(191.309)	-250,4%
Energia de Curto Prazo	103.326	165.933	60,6%
Disponibilização de Rede Elétrica	71.882	132.599	84,5%
Doações e Subvenções	116.547	155.897	33,8%
Renda de Prestação de Serviços	341	251	-26,4%
Serviço Taxado	1.968	2.165	10,0%
Outras Receitas	-	-	
Receita de Construção	86.972	84.282	-3,1%
Deduções da Receita Operacional	(957.075)	(1.328.516)	38,8%
ICMS	(483.429)	(578.520)	19,7%
PIS/COFINS	(264.566)	(250.983)	-5,1%
CDE	(159.363)	(346.618)	117,5%
P&D	(7.882)	(7.685)	-2,5%
PEE	(7.882)	(7.685)	-2,5%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1.872)	(1.524)	-18,6%
Outros Encargos	(32.081)	(135.501)	
Receita Operacional Líquida	1.781.263	1.621.379	-9,0%
Custos com Energia Elétrica	(1.437.455)	(1.235.192)	-14,1%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.285.747)	(1.070.576)	-16,7%
Encargo do Uso do Sistema de Transmissão	(121.480)	(123.531)	1,7%
PROINFA	(30.228)	(41.085)	35,9%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	-	-	
Recuperação de Despesas	-	-	
Custos e Despesas Operacionais	(317.521)	(342.144)	7,8%
Pessoal e Administradores	(123.949)	(128.914)	4,0%
Despesa Atuarial	(26.448)	(10.601)	-59,9%
Material	(4.241)	(4.540)	7,1%
Serviço de Terceiros	(55.310)	(41.592)	-24,8%
Depreciação / Amortização	(42.418)	(49.944)	17,7%
Provisão de PCLD	(6.404)	(10.466)	63,4%
Reversão de Provisão de PCLD	3.254	2.215	-31,9%
Provisão de Outros	(5.427)	(8.831)	62,7%
Reversão de Provisão de Outros	35.731	6.742	-81,1%
Outras Receitas / Despesas	(5.337)	(11.931)	123,6%
Custo de Construção	(86.972)	(84.282)	-3,1%
Resultado das atividades - EBIT	26.287	44.043	67,5%
Margem das atividades (%)	1,5%	2,7%	
EBITDA	68.705	93.987	36,8%
Margem EBITDA (%)	3,9%	5,8%	
Resultado Financeiro	28.173	(17.805)	-163,2%
Receita Financeira	90.010	77.151	-14,3%
Despesa Financeira	(61.837)	(94.956)	53,6%
LAIR	54.460	26.238	-51,8%
IR e CSLL	(49.360)	(95.675)	93,8%
IR e CSLL Diferido	38.076	86.056	
Lucro Líquido	43.176	16.619	-61,5%
Margem Líquida (%)	2,4%	1,0%	

CELESC D - Demonstração do Fluxo de Caixa		
	Em R\$ Mil	
R\$ Mil	12M15	3M16
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	107.077	26.238
Itens que não afetam o caixa:	316.047	149.328
Amortização	196.342	49.944
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(186.833)	(5.105)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	(19.434)	8.252
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	8.363	2.089
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	168.090	69.384
Custo Debêntures	3.119	2.328
Provisão para Plano de Benefícios Pós-Emprego	105.790	10.601
Baixa de ativos	40.610	11.835
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(1.461.633)	(35.897)
Contas a Receber de Clientes	(422.573)	(76.262)
Estoques	800	1.212
Tributos a Recuperar	(102.763)	24.470
Depósitos Judiciais	(15.955)	(2.060)
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	(421.601)	(149.571)
Ativos Financeiros	(458.884)	181.448
Outros Créditos	(40.657)	(15.134)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	1.889.325	220.207
Fornecedores	35.919	(102.408)
Salários e Encargos Sociais	10.696	(2.833)
Tributos e Contribuições Sociais	205.466	(20.658)
Taxas Regulamentares	1.347.745	234.201
Previdência Privada	3.237	(7.898)
Passivo Atuarial	(193.845)	(50.107)
Passivos Financeiros	464.091	162.951
Outros Passivos	16.016	6.959
Caixa Proveniente das Operações	850.816	359.876
Juros Pagos	(72.380)	(28.643)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(106.491)	(12.439)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	671.945	318.794
Atividades de Investimento	(327.598)	(75.133)
Aquisição de Bens da Concessão	(327.598)	(75.133)
Atividades de Financiamento	102.177	(62.551)
Ingressos de Recursos	686.117	3.739
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(474.609)	(66.290)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP	(109.331)	-
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	446.524	181.110
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	287.715	734.239
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	734.239	915.349

CELESC GERAÇÃO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ Mil

Ativo	31/03/2015	31/03/2016	Passivo e patrimônio líquido	31/03/2015	31/03/2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	35.100	139.173	Fornecedores	1.259	9.284
Contas a receber	15.356	45.740	Tributos e contribuições sociais	10.055	3.673
Estoques	144	177	Dividendos Propostos	24.130	7.993
Tributos a recuperar ou compensar	2.704	1.514	Taxas Regulamentares	2.366	2.131
Outros Créditos	22	533	Debêntures	-	1.980
Ativo Financeiro	-	21.113	Outros Passivos	4.755	83.846
	53.326	208.250		42.565	108.907
Não circulante			Não circulante		
Partes relacionadas	110.731	488	Tributos Diferidos, Líquidos	14.824	
Tributos a recuperar e/ou diferidos	202	1.042	Taxas Regulamentares	2.078	1.830
Depósitos Judiciais	89	122	Provisão para Contingências	2.528	928
Investimentos	32.539	39.898	Debêntures		146.752
Intangível	9.320	6.831			
Imobilizado	222.229	167.326			
Ativo Financeiro	-	207.447		19.430	149.510
	375.110	423.154	Total Passivo	61.995	258.417
			Patrimônio líquido		
			Capital Social	128.000	145.532
			Lucros/Prejuízos Acumulados	17.744	6.942
			Outras reservas	150.359	182.805
			Ajuste de avaliação patrimonial	70.338	37.708
				366.441	372.987
Total do ativo	428.436	631.404	Total do passivo e patrimônio líquido	428.436	631.404

CELESC GERAÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	1T15	1T16	Var %
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	37.310	25.303	-32,2%
Fornecimento de Energia Elétrica	17.220	8.341	-51,6%
Suprimento de Energia Elétrica	10.696	16.962	58,6%
Energia de Curto Prazo	9.394	-	-100,0%
Deduções da Receita Operacional (R\$ mil)	(3.277)	(2.685)	-18,1%
ICMS	-	-	
PIS/COFINS	(2.841)	(1.942)	-31,6%
Comp. Financ. p/ Utiliz. De Recursos Hídricos	-	(450)	
RGR e P&D	(220)	(226)	2,7%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(216)	(67)	-69,0%
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	34.033	22.618	-33,5%
Custos com Energia Elétrica (R\$ mil)	(570)	(4.409)	673,5%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(21)	(3.826)	18119%
Encargos do Uso do Sistema	(549)	(583)	6,2%
Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	(15.845)	(13.066)	-17,5%
Pessoal, Administradores	(2.674)	(3.128)	17,0%
Material	(16)	(142)	787,5%
Serviço de Terceiros	(1.882)	(1.311)	-30,3%
Depreciação / Amortização	(15.291)	(10.665)	-30,3%
Provisões, líquidas	(76)	-	-100,0%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	-	-	
Comp. Financ. p/ Utiliz. Recursos Hídricos	(300)	-	-100,0%
Outras Receitas / Despesas	762	293	-61,5%
Provisão / Reversão Teste Impairment, líquidas	3.632	1.887	-48,0%
Resultado Equivalência Patrimonial (R\$ mil)	(429)	34	107,9%
Resultado das Atividades - EBIT (R\$ mil)	17.189	5.177	-69,9%
Margem das atividades (%)	50,5%	22,9%	
EBITDA (R\$ mil)	32.480	15.842	-51,2%
Margem EBITDA (%)	95,4%	70,0%	
Resultado Financeiro (R\$ mil)	3.966	(3.341)	-184,2%
Receita Financeira	4.071	1.924	-52,7%
Despesa Financeira	(105)	(5.265)	4914,3%
LAIR (R\$ mil)	21.155	1.836	-91,3%
IR e CSLL	(6.636)	(2.186)	
IR e CSLL Diferido	588	1.168	
Lucro Líquido (R\$ mil)	15.107	818	-94,6%
Margem Líquida (%)	44,4%	3,6%	

CELESC G - Demonstração do Fluxo de Caixa		
	Em R\$ Mil	
R\$ Mil	12M15	3M16
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	51.299	1.836
Itens que não afetam o caixa:	67.854	13.388
Depreciação	62.737	10.665
Ganho ou perda na alienação de ativo imobilizado	6	-
Equivalência Patrimonial	145	(34)
Ganhos/perdas com Participações Societárias	(194)	60
Provisões para Contingências	(1.600)	-
Reversão/Provisão para Perdas Ativo Imobilizado	17.839	-
Realização de Provisão para Perdas	(11.079)	(1.887)
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa - PCLD	-	-
Despesa de Variações Monetárias	-	4.584
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(27.573)	(237.656)
Contas a Receber de Clientes	(25.741)	(8.520)
Tributos a Compensar ou Recuperar	(1.502)	(457)
Estoques	(126)	21
Outras Contas a Receber	-	-
Depósitos Judiciais	(24)	(9)
Outros Ativos	(180)	(131)
Ativo Financeiro	-	(228.560)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	11.060	76.992
Fornecedores	7.343	261
Taxas Regulamentares	1.587	128
Tributos e Contribuições Sociais	2.043	(3.646)
Partes Relacionadas	-	-
Outros Passivos	87	80.249
Caixa Proveniente das Operações	102.640	(145.440)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(38.882)	(23.738)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	63.758	(169.178)
Atividades de Financiamento	(31.168)	146.752
Aumento de Capital	-	-
Partes Relacionadas	(110.000)	-
Recebimento Partes Relacionadas	107.788	-
Dividendos pagos e Juros sobre capital proprio - JCP	(28.956)	-
Ingressos de Debêntures	-	146.752
Atividades de Investimento	(15.175)	(974)
Aquisição de Investimentos	(10.766)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(9.480)	(451)
Aquisição de Intangível	(2.729)	(523)
Redução Investimentos	7.800	-
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.415	(23.400)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	145.158	162.573
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	162.573	139.173